



**FACULDADES MAGSUL**

**JAQUELINE PATRÍCIA ZANITTI**

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A  
POLÍTICA EDUCACIONAL PARA ESTUDANTES COM  
DEFICIÊNCIA/2016**

Ponta Porã  
2016

JAQUELINE PATRÍCIA ZANITTI

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A  
POLÍTICA EDUCACIONAL PARA ESTUDANTES COM  
DEFICIÊNCIA/2016**

Trabalho de Conclusão apresentado à Banca Examinadora das Faculdades Magsul, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof.(a) Ma: Elizete Cardoso

Ponta Porã  
2016



## Dados Internacion JAQUELINE PATRÍCIA ZANITTI

Z27e Zanitti, Jaqueline Patrícia.

Educação inclusiva: um estudo sobre a política educacional para estudantes com deficiência 2016/ Jaqueline Patrícia Zanitti.– 2016.

70 f . . :

Orientador: Profª. Ma. Elizete Cardoso

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Faculdades Integradas de Ponta Porã, 2016.

1. Educação inclusiva 2. Portador de necessidades especiais  
3. Política educacional. Cardoso, Elizete. II Faculdades Integradas de ponta Porã. III. Título.

CDD: 379.26

# EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA/2016

Trabalho de Conclusão apresentado à Banca Examinadora das Faculdades Integradas de Ponta Porã, como exigência parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

## **BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Elizete Cardoso  
Faculdades Magsul

---

Examinador: Prof.<sup>a</sup> Camila de Araújo Cabral  
Romeiro  
Faculdades Magsul

Ponta Porã, 28 de novembro de 2016.

Dedico este trabalho aos meus pais semianalfabetos (in memoriam). Criaram dez filhos enfrentaram dificuldades, não nos proveram estudo, entretanto passaram valores e conhecimentos imensuráveis que constituíram nosso caráter.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus por me fortalecer diante dos obstáculos.

A minha família que mesmo a distância me motivou.

Ao meu amor Lawrence que se fez presente, parceiro e compreensivo em todos os momentos.

A minha orientadora não só pela constante orientação neste trabalho, mas, sobretudo pela sua amizade, paciência e carinho.

Aos professores do Curso de Pedagogia que me inspiraram nessa trajetória.

É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza (SANTOS, 1995, p.34).

ZANITTI, Jaqueline Patrícia. Educação Inclusiva: Um estudo sobre a Política Educacional para Estudantes com Deficiência. 70p. Trabalho de Conclusão graduação em Pedagogia – Faculdades Magsul de Ponta Porã, 2016.

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo geral realizar um estudo sobre a Política Educacional para a educação inclusiva de crianças com deficiência na escola pública. A pergunta condutora que fomenta o estudo é: Em que medida a política educacional atual atende o processo de inclusão? Os objetivos específicos almejados foram organizados visando esclarecer a questão. Conhecer os teóricos que tratam do assunto. Conhecer a política educacional vigente para a educação inclusiva. Averiguar as dificuldades enfrentadas pela escola no processo de inclusão. Compreender os meios legais para a inclusão das crianças que apresentam deficiência. Levantar os empecilhos enfrentados pelo professor, ponderar se ocorre a inclusão de fato ou apenas a integração da criança com deficiência. Verificar se o ambiente escolar promove a socialização da criança com deficiência. Identificar o número de alunos com deficiências matriculadas na instituição. A metodologia empregada nesta pesquisa se configura numa abordagem qualitativa, concepções de um estudo de caso. Utilizou-se a aplicação de questionários dirigidos e com embasamento bibliográfico para fundamentar a pesquisa de campo na instituição pesquisada com os envolvidos diretamente no processo da inclusão de estudantes com deficiência. Assim, o estudo revelou que houve avanços consideráveis na Política Educacional e o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro. Percebe-se na instituição pesquisada que os estudantes com deficiência na sala do 4º ano do ensino fundamental estão incluídos devido às ações da professora regente. Porém, as dificuldades encontradas pela instituição são na adaptação da sala de aula quanto ao número de estudantes com deficiência e a formação continuada dos docentes. Considerando a inclusão de estudantes com deficiência no sistema regular de ensino consisti em abordar no contexto educacional como no social a política só se torna eficiente se as instituições colocam em prática a Legislação.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Estudante com Deficiência. Política Educacional.

ZANITTI, Jaqueline Patrícia. Educação Inclusiva: Um estudo sobre a Política Educacional para Estudantes com Deficiência. 70p. Trabalho de Conclusão graduação em Pedagogia – Faculdades Magsul de Ponta Porã, 2016.

### **ABSTRACT**

The present study has as general objective to carry out a study on Educational Policy for the inclusive education of children with disabilities in the public school. The guiding question that fosters the study is: To what extent does current educational policy address the inclusion process? The specific objectives sought were organized in order to clarify the issue. To know the theorists who deal with the subject. To know the current educational policy for inclusive education. To ascertain the difficulties faced by the school in the inclusion process. Understand the legal means for inclusion of children with disabilities. Raise the obstacles faced by the teacher, consider if there is fact inclusion or only the integration of children with disabilities. Verify that the school environment promotes the socialization of children with disabilities. Identify the number of students with disabilities enrolled in the institution. The methodology used in this research is configured in a qualitative approach, conceptions of a case study. It was used the application of questionnaires directed and with bibliographic basis to base the field research in the institution researched with those directly involved in the process of inclusion of students with disabilities. Thus, the study revealed that there has been considerable progress in Education Policy and the Union's commitment to providing technical and financial support. It can be seen in the research institution that students with disabilities in the fourth year of elementary school are included due to the actions of the teacher regent. However, the difficulties encountered by the institution are in the adaptation of the classroom to the number of students with disabilities and the continuing education of teachers. Considering that the inclusion of students with disabilities in the regular education system consists in addressing in the educational as well as in the social context, politics becomes effective only if the institutions put into practice the Legislation.

**Keywords:** Inclusive Education. Student with Disabilities. Educational Policy.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Formação, Curso e Habilitação dos Professores.....	37
Tabela 2 – Materiais Tecnológicos e Pedagógicos na instituição.....	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AEE	Atendimento Educacional Especializado
AACD	Associação de Assistência à Criança Defeituosa
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
APM	Associação de Pais e Mestres
CAA	Comunicação Alternativa e Ampliada
CADEME	Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais
CEB	Câmara de Educação Básica
CNE	Conselho Nacional de Educação
CENEC	Campanha Nacional de Educação de Cegos
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de valorização dos Profissionais da Educação
FLCB	Fundação para o Livro do Cego
IBC	Instituto Benjamim Constant
INES	Instituto de Educação de Surdos
LDBN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
NARC	National Association for Retarded Children
NUESP	Núcleo de Educação Especial
NEE	Necessidades Educacionais Especiais
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PEE	Plano Estadual de Educação
PME	Plano Municipal de Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
QI	Quociente Intelectual
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SRMF	Sala de Recurso Multifuncional
SED	Secretaria de Estado de Educação
SPERJ	Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro
SAEMS	Sistema de Avaliação da Educação da Rede Pública de Mato Grosso do Sul
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
WRF	World Rehabilitation Fund

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>2 ASPECTOS TEÓRICOS NORTEADORES DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....</b>	<b>14</b>
2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil.....	14
2.2 Conceito e Fases da Educação Inclusiva.....	19
2.3 Conceito de Política e Política Educacional na Visão dos Teóricos .....	22
2.4 Aspectos Legais da Educação Inclusiva.....	27
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA.....;</b>	<b>33</b>
<b>4 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATENDE AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIA?</b>	<b>36</b>
4.1 A Organização e Gestão da Escola Atende a Política de Inclusão? .....	36
4.2 As Funções da Equipe Administrativa e Pedagógica.....	38
4.3 A Organização do Espaço e Tempo.....	45
4.4 O Que os Dados da Observação Revelaram.....	49
4.5 Análises das Entrevistas.....	51
4.6 Discussão e Resultados.....	55
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>65</b>
APÊNDICE A: Questionário aplicado a diretora adjunta da instituição pesquisada.....	66
APÊNDICE B: Questionário aplicado a Técnica da NUESP.....	67
APÊNDICE C: Questionário aplicado a professora regente do 4º ano do ensino fundamental, professora de apoio, e a Tradutora e Intérprete de LIBRAS.....	68
APÊNDICE D: Questionário aplicado a coordenadora pedagógica do ensino fundamental I.....	69
APÊNDICE E: Questionário aplicado a professora da sala de recurso multifuncional...	70

## 1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva da pessoa com deficiência no ambiente escolar é um debate presente e que demanda a organização de várias propostas, considerando as especificidades da pessoa com deficiência e as diversas barreiras existentes no contexto escolar. Ao pensar a educação inclusiva é importante refletir acerca do que é incluir de fato. De acordo com Sasaki (2006), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto a inclusão propõe a inserção total. Assim, para que os estudantes com deficiência possam ser educados e reabilitados, é importante a participação deles em escolas e instituições especializadas. E que eles disponham de tudo o que for necessário para o seu desenvolvimento. A Declaração de Salamanca (1994) defende que o princípio norteador da escola deve ser o de propiciar a mesma educação a todas as crianças, atendendo às demandas delas.

Por essa razão, o presente estudo tem como objetivo geral realizar um estudo sobre a política educacional para a educação inclusiva de crianças com deficiência na escola pública. A pesquisa será realizada no município de Ponta Porã no ano de 2016. Almeja-se assim, colaborar, ampliar o conhecimento e a compreensão sobre a temática. A pergunta condutora que norteia o estudo é: Em que medida a política educacional atual atende o processo de inclusão? Os objetivos específicos foram organizados visando esclarecer a dúvida em questão, sendo os seguintes: Abranger os teóricos que tratam do assunto; conhecer a política educacional vigente para a educação inclusiva; averiguar as dificuldades enfrentadas pela escola no processo de inclusão; compreender os meios legais para a inclusão das crianças que apresentam deficiência; levantar os empecilhos enfrentados pelo professor; ponderar se ocorre a inclusão de fato ou apenas a integração da criança com deficiência; verificar se o ambiente escolar promove a socialização da criança com deficiência e identificar o número de alunos com deficiências matriculadas na instituição. A metodologia da pesquisa se configura numa abordagem qualitativa, concepções de um estudo de caso. Utilizou-se a aplicação de questionários dirigidos e com embasamento bibliográfico para fundamentar a pesquisa de campo na instituição pesquisada com os envolvidos diretamente no processo da inclusão de estudantes com deficiência.

O interesse pelo tema deste estudo surgiu no início da graduação do Curso de Pedagogia no ano de 2013, ao ser contratada para trabalhar no estágio remunerado oferecido pela prefeitura municipal de Ponta Porã. Ocasão em que houve a oportunidade de com um educando, cujo laudo era a hiperatividade (condição física que se caracte

subdesenvolvimento e mau funcionamento de certas partes do cérebro) e Síndrome de Asperger que é um Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) resultante de uma desordem genética, e apresenta muita semelhança com relação ao autismo. O estudante era matriculado na rede municipal de ensino, verificou-se no estágio, que o educando não constava do planejamento da professora regente e não havia atividades diferenciadas que atendesse suas reais necessidades. Outro aspecto observado foi à ausência de conhecimento por parte da equipe escolar em relação à Síndrome de Asperger.

Com o encargo de alfabetizá-lo e auxiliá-lo na sala de aula sem orientação pedagógica e sem o apoio da professora regente, buscou-se informações com a mãe do estudante que cedeu o livro: “Convivendo com Autismo e Síndrome de Asperger: estratégias práticas para pais e profissionais”, autores Chris Williams e Barry Wright, realizou-se pesquisa na internet sobre a síndrome e buscou-se apoio na sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) em que o aluno frequentava no período diurno. A docente do (AEE) fez a sugestão de trabalhar com materiais concretos.

O contrato de dois anos com a função de estagiária permitiu realizar um trabalho mais assíduo com o discente que obteve evolução na aprendizagem. No final do ano de 2013, o estudante foi avaliado por procedimento oral pela coordenadora pedagógica e conseguiu realizar a leitura. Esse momento proporcionou uma sensação indescritível de realização e satisfação. O filme “Meu Pé Esquerdo” exibido na faculdade baseado numa história real foi uma inspiração e trouxe a reflexão que independente das limitações, a criança é capaz de aprender, de superar as dificuldades.

Outro fator que instigou a realização desta pesquisa foi o estágio supervisionado da faculdade realizado no sexto semestre do curso, na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Ao vivenciar essa realidade na educação especial reforçou a convicção de que a educação inclusiva deve ser fundamentalmente de caráter coletivo levando-se em consideração as especificidades dos estudantes. Verificou-se que as interações sociais e a plena participação é o que promovem as possibilidades de aprendizagem às crianças com deficiência permitir igualdade de oportunidade com as demais crianças.

Avalia-se que este estudo torna-se relevante, na medida em que pode trazer importante contribuição teórica para a compreensão da política educacional voltada para a inclusão de pessoas com deficiência.

## **2 ASPECTOS TEÓRICOS NORTEADORES DA POLÍTICA EDUCACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA**

Esta seção tem o objetivo de apresentar os aspectos teóricos que tratam da política educacional da educação inclusiva a partir da referência dos seguintes autores: (MAZZOTTA, 2005; MANTOAN, 2003; FACCION, 2008; LIRA, 2007; PACHECCO, 2007;).

Trata-se inicialmente de apresentar o histórico da educação especial no Brasil visando compreender esse transcurso e sua influência para a determinação das políticas educacionais para a educação inclusiva.

### **2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil**

Esta subseção trata do histórico da Educação Especial no Brasil e reporta-se à teoria de diversos autores que mencionam a realidade de cada época. Sendo assim, alguns termos utilizados para denominar o estudante com deficiência já sofreram mudanças, mas, contudo são tratados neste estudo, conforme especificam os autores.

Procurando na história da educação informações significativas sobre o atendimento educacional das pessoas com deficiência, pode-se constatar que conforme Mazzotta ressalta “as noções a respeito da deficiência eram basicamente ligadas a misticismo e ocultismo [...]” (2005, p.16). O autor destaca que considerando que “as situações desconhecidas causam temor, a falta de conhecimento sobre as deficiências contribuiriam para que as pessoas portadoras de deficiência, por serem diferentes, fossem marginalizadas, ignoradas” (2005, p.16). Até a religião contribuía para esse pensamento, pois pregava o homem como imagem e semelhança de Deus, ser perfeito inculcavam a ideia da condição humana, ou seja, os portadores de deficiência não sendo parecidos com Deus eram posto à margem da condição humana, invisíveis, ignorados, temidos.

Segundo Faccion (2008) “a marca caridade-castigo define a atitude medieval diante da deficiência. A caridade protege o deficiente no asilo e também o esconde e o isola; por outro lado, o castigo o protege, é a forma de salvar sua alma”.

Para o autor essa definição condiz com atitudes em que essas pessoas ficavam ocultadas, por vergonha, medo, rejeição, e outras as castigavam ocorrendo até infanticídio.

Mazzotta (2005) destaca que “o consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de incapacitado, deficiente, inválido é uma condição imutável, levou à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços [...]”. Conforme Mazzotta (1996) a preocupação com a educação das pessoas portadoras de necessidades especiais no Brasil é recente, tendo se iniciado efetivamente no século XIX inspirado em experiências norte-americanas e europeias. “Este fato foi extremamente importante, pois despertou a sociedade para a obrigação do Estado para com a educação dos portadores de deficiência” (Mazzotta, 2005, p.23). Com a organização dos pais de crianças com desenvolvimento mental retardado com o objetivo de exigir atendimento a essas crianças e jovens nas escolas públicas primárias, até então, tais crianças eram excluídas da escola em virtude de leis e regulamentos obstaculizadores. Organizaram-se na *National Association for Retarded Children- NARC-* que conforme Mazzotta (2005, p.25) exerceu “grande influência em vários países, tendo sido a inspiradora da criação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAES - no Brasil”.

O histórico pode ser dividido em quatro grandes períodos, a saber: Até 1854 os portadores de deficiências de qualquer natureza física, mental, ou sensorial – eram excluídos tanto da família como da sociedade, sendo acolhidos em asilos e instituições de cunho filantrópico e/ou religioso. Em relação a essas pessoas, as respostas sociais eram ambivalentes: ora de medo e rejeição, ora de respeito ou admiração (BRASIL, 2001). Devido ao desconhecimento sobre as deficiências eram explicadas por intermédio das crenças atribuídas às intervenções divinas para a expiação do pecado ou de benção.

Entre 1854 e 1956 foi um período marcado pelo gradual surgimento de algumas escolas especiais de caráter privado, com ênfase no atendimento clínico especializado. Mazzotta (2005, p. 28) destaca que “foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência foi concretizada por D. Pedro II. Através do Decreto Imperial nº 1.428, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos”. Em 1891, pelo Decreto nº 1.320, a escola passou a denominar-se Instituto Benjamim Constant (IBC). Segundo o autor, “D. Pedro II que, pela Lei nº 839 de 26 de setembro de 1857 fundou também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”. Em 1957 pela Lei nº 3.198, de 6 de julho, passaria a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

Conforme Mazzotta (2005) a referida escola desde o início caracterizou-se como “estabelecimento educacional voltado para a educação literária e ensino profissionalizante de meninos surdos-mudos com idade entre sete e quatorze anos”.

A Fundação para o Livro do Cego no Brasil (FLCB) foi instalada em São Paulo no dia 11 de março de 1946, iniciou-se suas atividades com o objetivo de produzir e distribuir livros impressos em sistema braile. Mazzotta (2005) ressalta que “sua criação resultou dos esforços de Dorina de Gouvea Nowill, professora de deficientes visuais que ficara cega aos dezessete anos de idade”. A fundação em 1990 passou a chamar-se Fundação Dorina Nowill para Cegos tendo como finalidade a integração do deficiente visual na comunidade como pessoa autossuficiente e produtiva.

Organizada por Maria Hecilda Campos Salgado em 1º de julho de 1943, o Lar - Escola São Francisco importante instituição especializada na reabilitação de deficientes físicos sediada em São Paulo, foi reconhecida como Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 3.354 de 30 de abril de 1956.

Constituída em 14 de setembro de 1950 a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), mantenedora de um dos mais importantes Centros de Reabilitação do Brasil. Mazzotta (2005) elucida “instituição particular especializada no atendimento a deficientes físicos não sensoriais, de modo especial portadores de paralisia cerebral e pacientes com problemas ortopédicos”. De acordo com o autor “em 1962 a AACD passou a manter intercâmbio científico com a World Rehabilitation Fund (WRF) de Nova York realizando cursos internacionais para a formação de técnicos em aparelhos ortopédicos e membros artificiais” (Mazzotta, 2005, p. 41). Ainda segundo o autor, a instituição AACD mantém convênio com a Prefeitura Municipal de São Paulo para a prestação de atendimento terapêutico a alunos da escola municipal e mantém em seu Centro de Reabilitação um setor escolar que complementa o atendimento aos pacientes.

O atendimento a deficientes mentais surgiu a partir da inspiração na concepção da Pedagogia Social do Educador Suíço Henrique Pestalozzi. Criado em 1926 por um casal de professores, em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, o Instituto Pestalozzi introduziu no Brasil a concepção da ortopedagogia das escolas auxiliares europeias. Mazzotta (2005) destaca que “em 1927 foi transferido para Canoas (RS) como internato especializado no atendimento de deficientes mentais”. Para o autor o Instituto Pestalozzi foi precursor de um movimento que se expandiu pelo Brasil sendo criado em Belo Horizonte (1935) graças ao trabalho incessante e relevante da Professora Helena Antipoff que influenciou também no Rio de Janeiro (1948) Sociedade Pestalozzi do Estado do Rio de Janeiro (SPERJ). Em 1952 por iniciativa do Dr. José Maria de Freitas foi fundada a Sociedade Pestalozzi de São Paulo.

No dia 11 de dezembro de 1954, foi fundada na cidade do Rio de Janeiro, a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE). Mazzotta (2005) destaca que

“juntamente com outros pais interessados, teve apoio, estímulo e orientação do casal norte americano Beatrice e George Bemis, membros da - NARC- organização fundada em 1950 nos Estados Unidos”. Fundada em 4 de abril de 1961, em São Paulo a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Mazzotta (2005) apresenta que “tendo como objetivo cuidar dos problemas relacionados com o excepcional mental”. Para o autor historicamente, os pais têm sido uma importante força para as mudanças no atendimento as pessoas com deficiência. De fato essa organização de grupos de pais pressiona o poder público e concretiza na obtenção de serviços e recursos especiais para grupos de deficientes. Há também a organização dos movimentos de pessoas com deficiência, esses grupos solicitam aos organismos governamentais para assegurar que, de alguma forma, suas necessidades sejam satisfeitas de modo mais eficiente em todos os níveis de organização social.

De 1957 a 1993 constituiu-se em um período marcado por ações oficiais de âmbito nacional com a criação de Campanhas. A educação especial se estabeleceu como sendo modalidade de educação escolar, que assegurava um conjunto de serviços educacionais especiais organizados nas diferentes instituições de ensino. De acordo com Mazzotta (2005) com o objetivo de apoiar, complementar, suplementar, e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns. O autor destaca a criação da Campanha Nacional de Educação de Cegos (CENEC) em 1960, o Ministério da Educação e Cultura procurou através dessa Campanha oferecer maiores oportunidades de atendimento educacional aos deficientes da visão. Outra Campanha instituída em 1960, pelo Decreto nº 48.961, de 22 de setembro, por influência de movimentos liderados pela Sociedade Pestalozzi e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, ambas do Rio de Janeiro.

A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais (CADEME) tem por finalidade conforme Mazzotta (2005) de “promover em todo o território nacional, a educação, treinamento, reabilitação e assistência educacional das crianças retardadas e outros deficientes mentais de qualquer idade ou sexo”.

Mazzotta explica que:

Entende-se por Reabilitação, o processo de tratamento de pessoas portadoras de deficiência que, mediante o desenvolvimento de programação terapêutica específica de natureza médico-psicossocial, visa à melhoria de suas condições físicas, psíquicas e sociais. Caracteriza-se pela prestação de serviços especializados, a reabilitação se desenvolve necessariamente através da equipe multiprofissional [...] (MAZZOTTA, 2005.p. 51).

Pode-se dizer que as criações dessas Campanhas foram um avanço no atendimento as pessoas com deficiência, para o autor entre as atividades multidisciplinares requeridas, encontram-se também as educacionais. A vinda ao Brasil do especialista em educação especial norte-americano James Gallagher, em novembro de 1972, apresentou o Relatório de planejamento para o Grupo-Tarefa de educação especial do Ministério da Educação e Cultura do Brasil. De acordo com Mazzotta (2005) “contendo propostas para a educação especial o tal relatório contribuiu para a criação, no Ministério da Educação e Cultura, de um órgão central responsável pelo atendimento aos excepcionais”. O Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo Decreto nº 72.425 em 3 de julho de 1973, com a “finalidade de promover, em todo o território nacional, a expansão e melhoria do atendimento aos excepcionais”. Detalhado no Regimento Interno Artigo 2º nos seguintes termos:

Artigo 2º- O CENESP tem por finalidade planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da Educação Especial no período pré-escolar, nos ensinos de 1º e 2º graus, superior e supletivo, para os deficientes de visão, da audição, mentais, físicos, portadores de deficiências múltiplas, educando com problemas de conduta e os superdotados, visando à sua participação progressiva na comunidade, obedecendo aos princípios doutrinários, políticos e científicos que orientam a Educação Especial (MAZZOTTA, 2005, p. 56).

O objetivo de garantir o acesso à educação escolar formal e desenvolver as potencialidades nos alunos visando conforme o autor a participação progressiva na comunidade. O Centro Nacional de Educação Especial foi transformado em Secretaria de Educação Especial (SESPE) pelo Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, manteve, basicamente, as competências e estrutura do CENESP. Houve a transferência do órgão específico de Educação Especial do Rio de Janeiro para Brasília, de acordo com Mazzotta (2005) “parece ter contribuído para romper ou diminuir, temporariamente a hegemonia do grupo que detinha o poder político sobre a educação especial”.

Para o autor constatam-se os vários Decretos elaborados para a promoção expansão e melhoria no atendimento aos excepcionais.

Verifica-se que o histórico da educação especial no Brasil foi resultado de diversas ações e lutas em prol da sua expansão. Sendo assim, o processo de inclusão das pessoas com deficiência no contexto escolar, também vem se afirmando, acompanhando esse movimento histórico. Para melhor compreensão desse processo, apresentam-se no próximo item as fases que desenvolveram da educação inclusiva.

## 2.2 Conceito e Fases da Educação Inclusiva

Para compreender o conceito de educação inclusiva é necessário fazer uma reflexão histórica a fim de entender a situação atual. Esse histórico compreende quatro fases distintas: A primeira que corresponde ao período anterior ao século XX, é chamada “fase da exclusão, na qual a maior parte das pessoas com deficiência e outras condições era tida como indigna da educação escolar” (FACCION 2008, p.188 apud SASSAKI, 1998).

Nas sociedades antigas era normal o infanticídio quando se observavam anormalidades nas crianças. Durante a idade média, a Igreja condenou tais atos, mas por outro lado, acalentaram a ideia de atribuir as causas sobrenaturais as anormalidades de que padeciam as pessoas. No século XVII, os deficientes mentais eram totalmente segregados, internados em orfanatos, manicômios e outros tipos de instituições estatais.

No fim do século XVIII, iniciou-se o período da institucionalização especializada em pessoas com necessidades educativas especiais e é a partir de então passa a existir a Educação Especial.

A segunda fase já no século XX, chamada de segregação “iniciou com o atendimento às pessoas deficientes [com necessidades educativas especiais] dentro de grandes instituições que, entre outras coisas, propiciavam classes de alfabetização” (FACCION, 2008, p.188 apud SASSAKI, 1998). Segundo o autor é então que se aplica a divisão do trabalho e nasce uma pedagogia diferente, uma educação especial institucionalizada, baseada nos níveis de capacidade intelectual e diagnosticada em termos de Quociente Intelectual (QI). Esses centros especiais e especializados eram separados dos regulares.

A segunda metade do século XX, especialmente a partir da década de 1970, a pessoa com necessidades especiais começou a ter acesso à classe regular desde que se adaptasse sem causar qualquer transtorno no contexto escolar.

Essa seria a terceira fase, chamada de integração que constitui o modelo pedagógico utilizado na educação de alunos com necessidades especiais, o Modelo Integracionista.

Nesse modelo integracionista houve uma mudança filosófica em direção à ideia de educação integrada, ou seja, escolas comuns aceitando crianças ou adolescentes deficientes nas classes comuns. Só que se considerava integrados apenas aqueles estudantes com deficiência que conseguissem adaptar-se à classe comum excluindo aqueles que não conseguiam adaptar-se ou acompanhar os demais alunos. Ao invés de a escola ter que se adequar ao aluno, o aluno é que deve adequar-se à escola.

Na opinião de Rodrigues (2006) “a integração pressupõe uma participação tutelada uma estrutura com valores próprios ao qual o aluno integrado tem que se adaptar”. Ainda segundo Rodrigues (2006), “quando se fala de escola integrativa trata-se de uma escola em tudo semelhante a uma escola tradicional, em que os alunos com deficiências recebiam um tratamento especial e (alunos com outros tipos de dificuldades eram ignorados)”. Portanto, para o autor, mesmo com a integração dos alunos com deficiência ocorre a exclusão de outros. De acordo com Faccion (2008, p.89) “a integração deposita no indivíduo a responsabilidade pelo seu sucesso, e as práticas pedagógicas decorrentes implicam o conceito de prontidão, sendo o ensino especializado encarregado de preparar o aluno para integrar-se no ensino regular.” Para Faccion os alunos com deficiência estudam na instituição como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), por exemplo, e depois de serem considerados aptos são integrados, encaminhados ao ensino regular excluindo aqueles considerados incapazes de se adaptarem as classes regulares.

Sancionamos com Mantoan “nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção” (2003, p. 23). A integração permite a inserção de um aluno ou um grupo considerado capaz, que já foi anteriormente excluído, entretanto percebe-se que a exclusão ainda prossegue.

A quarta fase, chamada de inclusão, começou a projetar-se no início da década de 1980, quando um maior número de alunos com deficiência passou a frequentar classes regulares. Intensificou a atenção à necessidade de educar os alunos com necessidades especiais no ensino regular como consequência das insatisfações existentes em relação às modalidades de atendimento em educação especial.

Bueno (1996, p.319) define “Incluir, v.t. Abranger; compreender; envolver; implicar; somar [...]; Integrar, v.t. Completar; totalizar, inteirar, fazer parte de.

Os vocábulos “integração e inclusão conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferente” (Mantoan, 2003), e podem contribuir para a segregação e a estigmatização dos educandos, além de não atender as necessidades educacionais e sociais. A autora afirma que “a inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar às salas de aula do ensino regular” (Mantoan, 2003).

A inclusão é incompatível com a integração, pois o mote da inclusão é o de não deixar ninguém no exterior do ensino regular e a integração é inserir apenas as pessoas aptas. Mantoan destaca que:

[...] a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral (MANTOAN, 2003, p. 24).

A inclusão conforme Mantoan (2003) é muito além da inserção do aluno na sala de aula, há preocupação com a permanência, desenvolvimento e sucesso do aluno com necessidades educacionais especiais e com deficiência. Conforme Faccion (2008) “a inclusão implica abandonar paradigmas individualizantes da deficiência, a visão essencializada das pessoas que a portam”, o autor enfatiza que uma premissa básica da inclusão é a ética de respeito às diferenças. Diferente da integração o que ocorre na inclusão, não é o aluno que deve adaptar-se à escola, mas sim, é esta que deve tornar-se um espaço inclusivo, a fim de cumprir um papel social e pedagógico na busca pela educação na diversidade. Faccion assegura que:

Mudar o paradigma significa pensar que queremos uma educação especial para todos e um mundo especial para cada um de nós, em que nosso olhar esteja atravessado pela dignidade e pelo respeito aos outros e às suas diferenças. Esse é um processo gradativo, que possui como pré-requisito ética e responsabilidade (FACCION, 2008, p.121).

Para o autor precisamos aprender a aprender com a diferença, descobrir na relação fora das semióticas dominantes que classificam, rotulam e excluem os alunos com necessidades educativas especiais. Em consonância “é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza” (MANTOAN, 2003, p. 34 apud SANTOS, 1995).

Para a autora o direito à diferença nas escolas desconstrói, portanto, o sistema atual de significação escolar excludente, normativo, elitista com mecanismos de produção de identidade e da diferença.

A educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. Faccion (2008) pondera que “a educação inclusiva desafia as formas de exclusão e de discriminação, independentemente de ter originado como resposta da sociedade à deficiência, ao gênero ou à raça, à pobreza ou à desvantagem social”.

Em consenso Lira (2007) assegura que a concepção de prática pedagógica diferenciada e inclusiva “ancora-se na tese de que a pluralidade deve ser respeitada, e assim, o

aluno com deficiência tem direito e necessidade de participar e de ser considerado membro ativo no interior da comunidade escolar”. Para o autor a construção de uma escola inclusiva impulsiona a urgente mudança de práticas discriminatórias reconhecendo a diversidade como riqueza humana e cultural.

Mantoan (2003) aparta que “se o que pretendemos é uma escola inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos [...]”. Ou seja, proporcionar o pleno direito das pessoas com necessidades educacionais especiais de maneira íntegra com decência.

Trata-se na próxima parte deste estudo sobre o conceito de política e política educacional, visando compreender o objeto deste estudo monográfico que é a política educacional para a educação inclusiva.

### 2.3 Conceito de Política e Política Educacional na Visão Dos Teóricos

Ao referir-se à política educacional da educação inclusiva faz-se necessário explicar o que é política com o intuito de compreender uma área de conhecimento complexa e um termo que recebeu muitos significados diferentes ao longo do tempo. Conforme Wolfgang Leo Maar (1984, p.8) “a política surge junto com a própria história, com o dinamismo de uma realidade em constante transformação que continuamente se revela insuficiente e insatisfatória [...]”. Para o autor a política não é ao acaso, mas resulta da atividade dos próprios homens vivendo em sociedade.

A política na visão do Wolfgang Leo Maar (1984) como resultado de um processo histórico, a atividade política como uma atividade aberta ao movimento e a transposição constante. Em conformidade, Santos (2013) ressalta que “[...] vemos esse termo ser utilizado para referir-se à dimensão coletiva, geralmente voltando-se para a análise de elementos como a relação entre o indivíduo e a administração pública, e as estruturas de coletividade e os indivíduos e os órgãos representativos”. Assim, de acordo com os autores a política está sucessivamente nas relações uns com os outros e na sociedade, pois é tudo o que se relaciona à busca de ações para o bem estar tanto individual como coletivo. A noção de que a política sempre está ligada ao exercício do poder em sociedade. Santos (2013, p.2) esclarece que a “[...] aceção de poder: trata-se da capacidade ou propriedade de obrigar alguém a fazer alguma coisa pode ser exercido mediante o uso da coação e/ou da persuasão, tudo depende de quem exerce o poder e de como opta por exercê-lo”.

Wolfgang Leo Maar (1984, p.22) destaca que “a própria atividade política, longe de ser apenas voltada a uma transformação do mundo objetivo com vistas ao futuro, significa também, o exercício de uma atividade transformadora da consciência e das suas relações com o mundo”. Para o autor as próprias propostas políticas são repensadas em cima do que eles tem a oferecer. Segundo Marx, a política é uma disputa entre as classes sociais, para ele o Estado representa uma classe, que o submete aos interesses dessa. Nesse sentido a atividade política deixa de ser espaço exclusivamente do Estado, para passar a ser luta de classe (MAAR, 1984, p.22 Apud MARX). Segundo Shiroma (2007) política “em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de polis-politikós e refere-se a tudo que diz respeito à cidade, e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público, ao social”. Para a autora o conceito de política “encadeou-se, assim, ao do poder do Estado – ou sociedade política – em atuar, proibir, ordenar, planejar, legislar, intervir, com efeitos vinculadores a um grupo social [...]” (Shiroma, 2007). Santos (2013) destaca que:

Só existe política de educação numa sociedade cujos problemas ressaltam a consciência de seus membros, sob a forma de um desafio que exige resposta adequada. A verdade desse postulado é muito singela, e pode ser expressa singelamente: não pode haver soluções onde não haja problemas [...] (SANTOS, 2013, Apud Durmeval Trigueiro Mendes, O Planejamento Educacional no Brasil, p.135).

Para Santos (2013) toda política de educação enfrenta desafios que exige resposta adequada, uma vez que para o autor entende-se educação de acordo com a perspectiva de Émile Durkheim “como todo processo intencional de formação de indivíduos ou grupos” (Santos, 2013, p.3). Ainda segundo o autor esse processo intencional é “realizado com objetivos referentes à conservação, mudança ou ruptura dos padrões sociais existentes, e isso acontece por meio da transmissão de conhecimentos considerados desejáveis para a sociedade” (Santos, 2013). Em consonância Shiroma (2007) destaca que “as políticas públicas, particularmente as de caráter social, são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos entre elas”. Essas lutas e pressões são necessárias e por meio dessas reivindicações que nascem as políticas educacionais. Para Santos (2013) o significado de política educacional corresponde a:

Toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos e (informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na instância individual) e, por meio dessa intervenção, legitima constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando atingir determinada sociedade (SANTOS, 2013, p. 3).

De acordo com Santos (2013) a política educacional possui intencionalidade, mas está sempre ligada ao projeto de poder que a fundamenta, é analisada por dois componentes o texto (que é a parte documental da política) e o contexto (referente às relações de poder e as condições de produção e reformulação das políticas educacionais).

Santos (2013) destaca que a política educacional é “um evento com três dimensões administrativa, financeira/ educacional/pedagógica. Com ênfases diferentes em cada caso, de acordo com a intencionalidade e o tipo de política formulada”. Deste modo, para o autor as políticas educacionais ao serem implantadas fazem “interagir na prática essas dimensões, cuja intersecção se daria na concretude da prática cotidiana, seja nas salas de aula, nas escolas, nos sistemas ou nas redes de ensino” (Santos, 2013). As políticas educacionais devem “prever a eliminação de barreiras à educação dos alunos com deficiência, com síndromes, com altas habilidades/superdotação, promovendo a participação a partir de novas relações fundamentais para uma socialização humanizadora” (BRASIL, 2006).

De acordo com Mazzotta (2005), a Política Nacional da Educação Inclusiva no Brasil, bem como os dispositivos legais servem como sustento para estabelecer as linhas de ação e se constituem em preceitos a serem respeitados e utilizados, sendo ferramentas para embasar as ações que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos e nas recomendações de organismos internacionais.

Conforme o Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007 destaca que:

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de

equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

Com esse pressuposto, o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

Segundo o Ministério da Educação (MEC) “a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social” (BRASIL, 2007). A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração, que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998), a expressão necessidades educacionais especiais pode ser utilizada para referir-se às crianças e jovens cujas necessidades decorrem de sua elevada capacidade ou de suas dificuldades para aprender. Está associada, portanto, a dificuldade de aprendizagem, não necessariamente vinculada à deficiência (s).

Conforme os PCNs:

O termo surgiu para evitar negativos de expressões utilizadas no contexto educacional – deficientes, excepcionais, subnormais, superdotados, infradotados, incapacitados, - para referir-se aos alunos com altas habilidades/ superdotação, aos portadores de deficiência cognitivas, físicas, psíquicas e sensoriais (BRASIL, MEC, 1998).

O propósito do termo é deslocar o foco do aluno e direcioná-lo para as respostas educacionais, evitando enfatizar os seus atributos ou condições pessoais que podem interferir na aprendizagem e escolarização. É uma maneira de reconhecer que nós seres humanos, sejam ou não estudantes com deficiências ou superdotados, apresentam necessidades educacionais que passam a ser especiais quando exigem métodos específicos apropriados.

A rotulação é um preconceito, pois a pessoa rotulada não tem oportunidade de demonstrar aquilo que os outros não querem enxergar, parte do pressuposto de que já conhecem o aluno com necessidades educacionais especiais pelo relato de outra pessoa, sem procurar de fato conhecê-lo, reconhecê-lo como pessoa, e suas particularidades. Faccion pondera que:

O conhecimento depende da riqueza das experiências que forem oferecidas e é incompatível com o enclausuramento oferecido pelos rótulos que as crianças carregam a partir de seus diagnósticos, que determinam sua vivência subjetiva na escola e as convidam a serem sempre as mesmas, sob efeito de seus estereótipos (FACCION, 2008, p. 134).

Assim, somos seres únicos com nossas deficiências e especificidades, temos que ter alteridade e se colocarmos no lugar do outro para percebê-lo, entendê-lo, compreendê-lo e procurar maneiras para suprir suas necessidades.

Conforme Faccion (2008) “A conquista da alteridade resume-se, assim, em não sermos indiferentes ou tolerantes às diferenças, mas em sermos capazes de estabelecer a distinção entre o que favorece e o que não favorece a processualidade da vida” (2008, p.112).

Em acordo Mantoan (2003) explana que:

A tolerância como um sentimento aparentemente generoso, pode marcar uma superioridade de quem tolera. O respeito como conceito implica certo essencialismo, uma generalização, que vem da compreensão de que as diferenças são fixas, definitivamente estabelecidas de tal modo que só nos resta respeitá-las (MANTOAN, 2003, p. 30).

Pensar e nos colocar no lugar do outro, possibilita que a diversidade acolhida e amparada possa ganhar visibilidade. Para a autora a ética em sua dimensão crítica e transformadora, é que referencia a luta pela inclusão escolar. A posição é oposta à ética conservadora, porque entende que as diferenças são produzidas e não podem ser naturalizadas

e estão constantemente feitas e refeitas. Mantoan (2003) destaca que “essa produção merece ser compreendida, e não apenas respeitada e tolerada”.

Isto posto, importa esclarecer que as políticas educacionais implementadas pelo estado buscam normatizar por meio da legislação, os termos que se reportam à deficiência como forma de expressar os avanços que o processo de democratização escolar tem avançado nos últimos anos. Assim, importa refletir sobre os aspectos de ordem prática que envolve as vivências cotidianas da escola e se essas normatizações do sistema chegam até os estudantes que dela deveriam se beneficiar.

Cabe avaliar das definições dos teóricos sobre o conceito de inclusão que além do arcabouço teórico, das teses que discutem o significado da inclusão escolar e também dos aspectos das políticas educacionais que avançam no sentido de acompanhar o movimento histórico das mudanças, compreenderem, também, os aspectos da legislação que devem assegurar normatizar para que as políticas educacionais à luz de teorias educacionais possam ser implementadas no espaço da escola. Assim, a seguir discutem-se os aspectos legais da educação inclusiva.

#### 2.4 Aspectos Legais da Educação Inclusiva

A nossa Constituição Federal de 1988, respalda os que propõem avanços significativos para a educação escolar de pessoas com deficiência, quando elege como fundamentos da República a cidadania e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, incisos II e III) e, como um dos seus objetivos fundamentais, a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (art. 3º, inciso IV). Ela garante ainda o direito à igualdade (art. 5º) e trata no artigo 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Esse direito deve visar ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

Além disso, a Constituição elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola” (art. 206, inciso I), acrescentando que o “dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um” (art.208, inciso V). “Toda escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência” (Mantoan, 2003).

A Constituição Federal, contudo, garante a educação para todos e isso significa que é para todos mesmo e, para atingir o pleno desenvolvimento humano e o preparo para a cidadania, “entende-se que essa educação não pode se realizar em ambientes segregados” (Mantoan, 2003, p.37). No Capítulo III – Da Educação da Cultura e do Desporto -, Artigo 205, a Constituição já sinalizava para a prática no nosso país, da educação inclusiva. O Artigo 208 de nossa Carta Magna prescreve que “o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O preferencialmente refere-se atendimento educacional especializado, ou seja, o que é necessariamente diferente no ensino para melhor atender às especificidades dos alunos com deficiência.

Na concepção inclusiva e na Lei esse atendimento especializado deve estar disponível em todos os níveis de ensino, de preferência na rede regular de ensino, desde a educação infantil até a universidade. De acordo com Lira (2007) por educação inclusiva:

Entende-se o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino, em todos os seus níveis [...], sendo um processo contínuo e que necessita, constantemente, de revisões (LIRA, 2007, p. 97).

O autor compreende a educação inclusiva desde a pré-escola à pós-graduação, é um processo sem fim, e necessita ser revisado. Para Pacheco (2007, p.14) o termo “educação inclusiva cobre várias tentativas de atender à diversidade total das necessidades educacionais dos alunos nas escolas”.

Em acordo Mantoan (2003) “na perspectiva inclusiva, as escolas atendem as diferenças sem discriminar, sem trabalhar á parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas”. Para a autora a inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora é fazer a diferença, reconhecê-la e valorizá-la.

Confirmamos com Faccion (2008) que “o processo de inclusão exige também a consciência da necessidade de luta por uma sociedade mais sensível, que deseje conviver com a diversidade e com ela aprender”.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Capítulo V da Educação Especial art.58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, “oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos portadores de necessidades especiais”. Após a LDB de 1996 surgiu uma nova legislação que revoga as

disposições anteriores que lhe são contrárias. Trata-se da Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra Pessoas Portadoras de Deficiência; celebrada na Guatemala, em maio de 1999. A importância dessa Convenção está no fato de que deixa clara a impossibilidade de diferenciação com base na deficiência, definindo a discriminação como [...] diferenciação com base na deficiência, exclusão ou restrição baseada em deficiência, antecedente de deficiência de deficiência anterior ou percepção de deficiência presente ou anular o reconhecimento gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais (art. 1º, nº2 “a”).

O Brasil é signatário desse documento, que foi aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 198 de 13 de junho de 2001, e promulgado pelo Decreto nº 3.956, 08 de outubro de 2001, da Presidência da República. “Esse documento, portanto, tem valor legal, já que se refere a direitos e garantias fundamentais da pessoa humana” (Mantoan, 2003, p.40). Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Segundo Shiroma (2007, p.16) surge nas reformas empreendidas pelo Governo Provisório na Revolução de 1930, “uma série de decretos efetivou as chamadas Reformas Francisco Campos e o I. Decreto I 9.850, de II de Abril de 1931, que criou o Conselho Nacional de Educação”. E a Assembleia Constituinte de 1933 atribuiu ao Conselho Nacional de Educação a tarefa de elaborar um Plano Nacional de Educação e de garantir os recursos para o sistema educativo (Shiroma, 2007, p.21).

O Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado Democrático de Direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor (Brasil, 2014).

Consta como uma das dez diretrizes do Plano Nacional de Educação o Art. 4º “As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ter como referência a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o censo demográfico e os censos nacionais da educação básica e superior atualizados, disponíveis na data da publicação desta Lei”.

Parágrafo único. “O poder público buscará ampliar o escopo das pesquisas com fins estatísticos de forma a incluir informação detalhada sobre o perfil das populações de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência” (BRASIL, 2014). Uma das metas previstas no Plano Nacional de Educação (PNE) destinada a educação inclusiva é a Meta 4:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (BRASIL, 2014).

Conforme Meta 4 da Lei nº 13.005/2014 do Plano Nacional de Educação (PNE) são recomendadas dezenove estratégias referentes à educação especial para serem implantadas de acordo com o Artigo 1º Aprovação do (PNE), com vigência por dez anos (BRASIL, 2014).

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos enfatizou “a necessidade de uma abordagem centrada na criança objetivando a garantia de uma escolarização bem-sucedida para todas as crianças. Ou seja, “a adoção de sistemas mais flexíveis e adaptativos capazes de levar em consideração as diferentes necessidades das crianças irá contribuir tanto para o sucesso educacional quanto para a inclusão” (SANTOS, 2013).

Como o desenvolvimento deste estudo na rede regular de ensino e após descrever a Meta 4 do Plano Nacional de Educação é imprescindível conhecer e ponderar o Plano Estadual de Educação (PEE).

Com o movimento da educação inclusiva e com base na Resolução CNE/CEB n.º 4/2009 e no Decreto n.º 7.611/2011, “foram instituídos, em Mato Grosso do Sul, para a oferta do atendimento educacional especializado (AEE), os Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEEs), conforme o disposto na Deliberação CEE/MS n.º 9367/2010” (PEE, 2014). De acordo com o Plano Estadual de Educação (2014) “os (as) alunos (as) público-alvo da educação especial, de acordo com os textos normativos citados, recebem esse atendimento no contra turno das escolas, beneficiando-se da dupla matrícula”. No PEE (2014) foram estabelecidas vinte e nove estratégias para alcançar a Meta 4, vale destacar a Estratégia:

4.15. Garantir e ampliar, a partir do segundo ano de vigência deste PEE, as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a oferta de professores (as) do AEE, audiodescritores (as), profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdocegos (as), instrutores (as) mediadores (as), professores (as) de Libras, prioritariamente surdos (as), e professores (as) bilíngues; (PEE, 2014, p. 39).

No Plano Municipal de Educação de Ponta Porã (2015) verificou-se que:

Este plano, entre outras metas, reafirma a função da Educação Especial e acrescenta complemento de inclusiva, ficando assim definida como modalidade a todos os níveis, etapas e modalidades, responsável pela organização e oferta de recursos e serviços que promovam acessibilidade, eliminando assim as barreiras que possam dificultar o acesso, a participação e a aprendizagem (PME, 2015, p.58).

No Plano Municipal de Educação de Ponta Porã (2015) destaca que “A Educação Especial Inclusiva oferece a diversidade à medida que considera todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar, relacionados ou não a uma deficiência”. Conforme o PME (2015) a Educação Inclusiva “compreende a Educação Especial dentro da escola regular e transforma a escola em um espaço para todos”. O Plano Municipal de Educação de Ponta Porã apresenta vinte estratégias:

“Idealizando um atendimento de qualidade na inserção de todos os portadores de necessidades especiais adotando trabalho intersetorial entre as demais Secretarias do Município, além da articulação com as demais esferas: nacional e estadual no que tange à formação continuada dos profissionais de educação, principalmente, os docentes, e à implementação/adaptação das instituições educacionais para sanar este problema que permeia as escolas brasileiras (2015, p.59).

Segundo o Plano Municipal de Educação (2015, p. 14) “Para atingir os objetivos previstos no plano necessitamos de que o Poder Público desenvolva políticas que venham garantir condições materiais e que o processo educativo tenha como eixo norteador o desenvolvimento humano integral [...]”. O Plano Municipal precisa estar em consenso com o Plano Nacional de Educação (LEI n. 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014), para fazer políticas concisas e coerentes com a realidade do município de Ponta Porã com ações consistentes a contribuir para a Meta 4 (quatro).

Em janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência também chamada de Estatuto da Pessoa com Deficiência, que afirmou autonomia e a capacidade desses cidadãos para exercerem atos da vida civil em condições de igualdade com as demais pessoas. A nova Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, no que diz respeito a inclusão escolar assegurou a oferta de sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades de ensino. Estabeleceu ainda a adoção de um projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, com fornecimento de profissionais de apoio. Em seu capítulo IV Do Direito À Educação destaca que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados no sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo da vida, de forma a alcançar o máximo de desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem. Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação (LBI, 2015).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão (LBI, 2015), as escolas públicas ou privadas, não podem recusar matrículas de alunos com deficiência, já que isso é considerado crime por meio da Lei Federal n.13.146/2015. A pena vai de 2 a 5 anos de reclusão, passível de multa. Ou seja, as instituições estão proibidas de cobrar qualquer valor adicional do aluno com deficiência, pois elas devem se adaptar às necessidades dos estudantes.

### 3 PERCURSO METODOLÓGICO ADOTADO NA PESQUISA

Esta seção tem o objetivo de apresentar os aspectos da metodologia adotada neste estudo monográfico, informando e discutindo sobre os principais elementos da abordagem metodológica, destacando-se os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados. Para tanto, inicialmente, esclarece-se o conceito de pesquisa.

A palavra pesquisa tem origem do latim com o verbo perquirir, que significa procurar; buscar com cuidado; procurar em toda parte; informar-se; inquirir; perguntar; indagar bem; aprofundar na busca (BAGNO, 2007). Conforme o autor “A pesquisa é, simplesmente, o fundamento de toda e qualquer ciência” (2007, p.18).

Para a realização da pesquisa utilizou-se documento de autorização emitido pelas Faculdades Magsul entregue em mãos para a Diretora Adjunta da instituição pesquisada.

Para Richardson (1999), pesquisa é um processo de construção do conhecimento que tem por objetivo gerar novos conhecimentos ou refutá-los, constituindo-se num processo de aprendizagem tanto do indivíduo que a realiza, quanto da sociedade, na qual esta se desenvolve. Pádua define-a deste modo:

Tomada num sentido amplo, pesquisa é toda atividade voltada para a solução de problema como atividade de busca indagação, investigação, inquirição da realidade, é a atividade que vai nos permitir, no âmbito da ciência, elaborar um conhecimento ou um conjunto de conhecimentos, que nos auxilie na compreensão desta realidade e nos oriente em nossas ações (PÁDUA, 1996, p. 29).

Esta pesquisa se configura numa abordagem qualitativa que de acordo com Lüdke e André (1986) “a pesquisa qualitativa tem um ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. A pesquisa qualitativa envolve a obtenção de dados discutidos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes (LÜDKE, ANDRÉ, 1986 apud BOGDAN E BIKLEN, 1982). Nesta perspectiva, estuda-se na pesquisa qualitativa o que não pode ser quantificado, isto é, fenômenos humanos, indagando o mundo e seus significados, interação social, o cotidiano das pessoas as relações, emoções e sentimentos.

Sendo assim, as circunstâncias particulares em que um determinado objeto se insere são essenciais para que possa entendê-lo. Da mesma maneira as pessoas, os gestos, as palavras estudadas devem ser sempre referenciadas ao contexto que aparecem (LÜDKE, ANDRÉ, 1986, p. 12).

Elegeram-se neste trabalho o Estudo de Caso e para explicitar com maior profundidade, destacam-se as concepções de Lüdke e André (1986) sobre este tipo de pesquisa. Para as autoras trata-se de investigação de um estudo de caso é sempre bem delimitado que se destaca por fazer parte de um sistema mais amplo devendo ter seus contornos claramente definidos no desenrolar do estudo. De acordo com as autoras o estudo de caso pode ser similar a outros, mas ao mesmo tempo distinto, pois tem um interesse próprio singular.

A pesquisa de campo de acordo com Lakatos (2009) “utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta [...]. No caso deste estudo, a pesquisa de campo foi realizada em uma escola da rede pública de ensino, ocasião em que se lançou mão de um Estudo de Caso para investigar o seguinte problema: Em que medida a política educacional da educação inclusiva atende as necessidades dos estudantes que apresentam deficiência?

As técnicas de pesquisa segundo Severino (2007) “são os procedimentos operacionais que servem de medição prática para a realização das pesquisas”. No caso deste estudo realizou-se a análise de documentos, entrevista semi estruturada e a observação, pois “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente” (LAKATOS, 2009, apud, MANZO, 1971). Sendo assim, foi realizada a análise do Projeto Político Pedagógico da instituição pesquisada, aplicação de entrevistas semi estruturadas, que conforme Lüdke e André (1986, p.25) “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”, e observação sistemática não-participante.

As entrevistas foram aplicadas com perguntas abertas aos sujeitos na temática do estudo, entre as quais: a Intérprete de Libras que atua na sala do 4º ano do ensino fundamental I; a técnica do Núcleo da Educação Especial (NUESP) da instituição pesquisada; a Professora Regente do 4º ano do ensino fundamental I; a Professora de Apoio que atua na sala do 4º ano do ensino fundamental I; a Coordenadora Pedagógica do ensino fundamental I; a Professora da Sala de Recurso Multifuncional.

Com a finalidade de termos um olhar mais profundo da inclusão dos estudantes que apresentam deficiência. A observação foi realizada na sala do 4º ano do ensino fundamental I, no horário de 07h00 às 11h20min no período matutino no dia 31/10/16.

Observação segundo Severino (2007) “é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”.

Lüdke e André (1986, p.25) enfatiza que “Para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática”. Para as autoras a observação possibilita um contato pessoal e estreito do pesquisador com o fenômeno pesquisado (1986, p.26). Em consonância Marconi e Lakatos (2009), “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”.

A opção nesta pesquisa foi a observação sistemática para garantir maior rigor e objetividade no levantamento de dados que de acordo com Lakatos (2009) “precisa elaborar um plano de observação, seguir um determinado roteiro e fazer o registro do que foi observado utilizando algumas ferramentas”.

Quanto ao grau de envolvimento foi realizado a observação não-participante conforme sugere Lakatos (2009) “o pesquisador presencia o fato, sem tomar parte, permanecendo de fora da ação que acontece diante dele”. Para a autora a imersão em um contexto pode nos fazer enxergar o que não está registrado em documentos ou o que não são faladas pelas pessoas nas entrevistas.

## **4 A POLÍTICA EDUCACIONAL DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA ATENDE AS NECESSIDADES DOS ESTUDANTES QUE APRESENTAM DEFICIÊNCIA?**

Esta Seção tem o objetivo de apresentar os resultados obtidos com a pesquisa de campo realizada em uma escola pública do município de Ponta Porã. O objetivo é responder a pergunta que instigou a realização deste estudo: Em que medida a política educacional atual atende o processo de inclusão? As respostas para as inquietações foram investigadas na teoria dos autores já mencionados na introdução deste estudo, embasamentos legais discutidos na seção 02 e o estudo de caso realizado “in loco”, que é o conteúdo desta seção. A coleta de dados foi feita utilizando-se de observações, análise de documentos e entrevistas, conforme já citado na seção 03. Sendo assim, inicia-se esta Seção apresentando a organização e gestão da escola *locus* da pesquisa.

### **4.1 A Organização e Gestão da Escola Atende a Política de Inclusão?**

Pondera-se, que conhecer a organização e gestão da escola *locus* deste Estudo de Caso é de suma importância, pois proporciona maior compreensão para a elucidação do problema investigado. A instituição pertence à rede estadual de ensino do município de Ponta Porã, e atende às seguintes etapas de ensino: Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio com oferta do Curso Profucionário e Curso de Informática Básica. Funciona nos três períodos matutino, vespertino e noturno. De acordo com informações obtidas na Secretaria da Escola, ela tem 1587 estudantes matriculados (dados informados em novembro/2016), desses, 30 apresentam necessidades educacionais especiais (Surdez, Deficiência Intelectual, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, Deficiência Múltipla, Deficiente Auditivo, Baixa-Visão).

A partir de dados coletados no Projeto Político Pedagógico (PPP, 2016), a instituição tem quatro Coordenadores Pedagógicos, sendo que um coordenador atua no ensino fundamental I, tem formação em Curso de Licenciatura em Pedagogia e ocupa o cargo de Especialista de Educação.

Em relação aos professores que atuam no Ensino Fundamental, a tabela abaixo informa o curso e a habilitação dos mesmos.

**Tabela 1: Formação, curso e habilitação dos professores da escola pesquisada**

Professores	Curso	Habilitação
P1	Licenciatura em história Pós graduação em história e sociedade Área de concentração história do Brasil.	Habilitado em história
P2	Licenciatura Pedagogia.	1º ao 5º ano ensino fundamental I.
P3	Habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau a 4ª série. Licenciatura plena em Pedagogia.	Habilitada em Pedagogia
P4	Licenciatura em Pedagogia.	Habilitada em Pedagogia
P5	Licenciada em Pedagogia. Habilitação específica de 2º grau de magistério de 1º grau (1ª a 4ª série). Pós Graduação em Didática e Metodologia do Ensino Superior.	Habilitada em Pedagogia

Fonte: Projeto Político Pedagógico da Instituição Pesquisada/2016.

Nota-se por meio da tabela que os professores não possuem formação específica para trabalhar com estudantes com deficiência.

Com o objetivo de verificar se a estrutura física da escola atende aos dispositivos legais de acessibilidade para atendimento a estudantes com deficiência, verificou-se no PPP (2016) e através da observação que a instituição promove a acessibilidade conforme previsto na Lei N° 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Capítulo I, Art. 1º “Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida [...]”. Observou-se que a instituição possui rampas de acesso, dois banheiros adaptados, piso tátil. Segundo a Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR9050 da ABNT) um piso tátil “é um piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual”. Ou seja, são relevos colocados no piso que permite a uma pessoa com deficiência visual ou qualquer outra pessoa, que se guie pelas fissuras. É um caminho traçado que faz com que quem enxerga pouco ou não enxerga não se perca, não tope com obstáculos e consiga chegar a pontos importantes.

Investigou-se também, sobre os materiais tecnológicos disponíveis para uso dos estudantes. Exemplificou-se na tabela abaixo os tipos de materiais e a quantidade. Avaliando-se sempre que o quantitativo é de trinta estudantes.

Tabela 2: Materiais Tecnológicos e Pedagógicos disponíveis na instituição pesquisa

Salas	Descrição dos Materiais Tecnológicos e Pedagógicos
Sala de Tecnologia	Impressora, 33 computadores, 30 fones de ouvido, projetor de imagem, caixa de som.
Sala de software	28 computadores.
Sala de manutenção	10 computadores curso técnico.
Sala dos Professores, coordenadores e secretaria	8 computadores, 6 impressoras, 1 aparelho de fax.
Disponibilizados para atender as salas de aula	Notebook, TV, 2 aparelhos de DVD, 3 caixas de som projetor de imagem, 3 projetores multifuncional Proinfo.
Sala de Recurso Multifuncional	2 computadores; 2 notebooks; internet; leitor de DVD, scanner; impressora a laser; câmera fotográfica; software para comunicação alternativa; dicionário em Libras específico para baixa visão e surdos; jogos pedagógicos diversificados adaptados à cada necessidade específica; livros paradidáticos; máquina em braile; lupa eletrônica; reglete; soroban.

Fonte: PPP/2016 da instituição pesquisada.

Constatou-se por meio da análise do Projeto Político Pedagógico (PPP/2016) e através da observação que a instituição possui recursos tecnológicos e pedagógicos para atender os estudantes com deficiência, o que facilita o ensino-aprendizagem e promove o desenvolvimento pleno dos alunos respeitando suas especificidades e limitações. Para Figueiredo (2002) trabalhar com crianças deficientes não requer uma especialização para reduzir ou por termo às suas deficiências, mas o aprimoramento do professor no ensino e na aprendizagem para que ele seja capaz de identificar as dificuldades de seus alunos, visando eliminar as barreiras próprias de suas relações na escola.

#### 4.2 As Funções da Equipe Administrativa e Pedagógica

Esta subseção tem o objetivo de identificar como a escola é organizada nas suas funções administrativas e pedagógicas, verificando nesse contexto se a política para a educação inclusiva atende os estudantes que apresentam deficiência. Realizou-se assim, a análise do Projeto Político Pedagógico (2016) e do Regimento Interno (2016). Conforme Ludke (1996) “os documentos constituem uma fonte poderosa que fundamentam as informações e declarações do pesquisador”.

Foi realizada entrevista semi estruturada com a coordenação pedagógica e com a diretora adjunta, por meio de questionário com perguntas abertas. Realizou-se também observação com a finalidade de conhecer as situações rotineiras da coordenação e direção.

Indagada sobre as funções da equipe administrativa da escola e de como é a rotina de trabalho, a coordenadora respondeu que as funções da equipe pedagógica são: “coordenar, organizar acompanhar as ações pedagógicas da instituição possibilitando através de estudos,

informações e capacitações para que o corpo docente possa propiciar aos estudantes um aprendizado significativo nos aspectos de seu desenvolvimento social, psicológico e pedagógico”.

Conforme Morin (2011, p.36) destaca que o ser humano é unidade complexa, pois “o ser humano é ao mesmo tempo, biológico, psíquico, social, afetivo e racional”. O autor enfatiza que o conhecimento pertinente deve reconhecer o caráter multidimensional e nele inserir dados, ou seja, não se poderia isolar uma parte do todo nem as partes umas das outras pelo fato de estar em inter-retroação permanente com todas as outras dimensões humanas. Morin (2011, p.37) esclarece que “Complexus significa o que foi tecido junto; de fato, há complexidade quando elementos diferentes são inseparáveis constitutivos do todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) [...]”. A complexidade conforme o autor é a união entre a unidade e a multiplicidade.

Indagou-se na entrevista como são distribuídas as funções de cada membro da equipe administrativa e pedagógica diretor (a), diretor (a) adjunto e coordenador (a) pedagógico, para atender as necessidades da educação inclusiva, a diretora adjunta respondeu que: “A política de educação especial do Estado do Mato Grosso do Sul acompanha a tendência mundial pautada na perspectiva da Educação Inclusiva dentro da Educação Básica”.

A Educação Especial sob a perspectiva da inclusão tem o objetivo de incluir com qualidade os estudantes com deficiência no ambiente escolar, assim, cabe ao diretor:

- Contemplar dentro da proposta Pedagógica a importância dos diferentes serviços da Educação Especial, bem como as funções de seus respectivos profissionais;
- Conhecer a legislação e as normas da Secretaria de Estado de Educação referentes à Educação Especial para reivindicar ações junto a esse órgão;
- Agilizar soluções junto à comunidade interna e externa da escola que eliminem as barreiras identificadas aos estudantes da Educação Especial;
- Conhecer a formação necessária dos profissionais que atendem estudantes da Educação Especial;
- Articular junto com a coordenação pedagógica a organização do planejamento dos professores regentes com os serviços da Educação Especial;
- Prezar pela parceria e bom relacionamento entre os membros da equipe escolar e os técnicos do Núcleo de Educação Especial, garantindo um ambiente agradável;

- Garantir a integridade física da escola, tanto na manutenção dos ambientes da sala de recurso multifuncional, brinquedoteca e do Núcleo de Educação Especial (NUESP);
- Ser parceiro do coordenador pedagógico na gestão da aprendizagem dos estudantes com deficiência;
- Mediar à comunicação, os encaminhamentos e acompanhamentos dos estudantes com deficiência junto aos seus pais e familiares, facilitando seu atendimento e vínculo com a comunidade escolar.

Libâneo (2013) ressalta que: “A direção, é pôr em ação, de forma integrada e articulada, todos os elementos do processo organizacional (planejamento, organização, avaliação), envolvendo atividades de mobilização, liderança, motivação, comunicação, coordenação”. O autor destaca que o diretor da escola é o dirigente principal responsável pela escola, tem a visão de conjunto, articula e integra os vários setores.

Sobre a questão: A quem compete o trabalho pedagógico com os professores? Como é desenvolvido para promover a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais? A diretora adjunta rebateu que “Dentro do contexto escolar, todas as atividades inerentes à Educação Especial devem passar pela articulação entre o gestor e os técnicos do Núcleo da Educação Especial que indicarão as possibilidades mais adequadas frente às necessidades do estudante da Educação Especial, sendo fundamental o contato entre a coordenação pedagógica, gestor, secretaria e professores da escola junto aos técnicos da (NUESP)”. Segundo Libâneo (2013) “as funções do diretor são, predominantemente, gestoras e administrativas, entendendo-se, todavia, que elas têm conotação pedagógica, uma vez que se referem a uma instituição e a um projeto educativo e existem em função do campo educativo”. A coordenadora respondeu que “o coordenador pedagógico acompanha e assessora os planejamentos da sala de recurso”.

De acordo com o Plano de Trabalho cedido pela coordenadora constatou-se que as ações a serem desenvolvidas são:

- Coordenar estudo do Projeto Político Pedagógico e do PDE e regimento Escolar, juntamente com a comunidade escolar efetuando adequações necessárias e acompanhando sua execução;
- Incentivar a participação dos pais ou responsáveis às reuniões realizadas pela escola;

- Coordenar o Conselho de Classe e programar ações no sentido de melhorar o desempenho dos alunos;
- Orientar os professores, na execução e avaliação do planejamento, com foco na sua adequação ao Projeto Político Pedagógico e ao Referencial Curricular;
- Considerar a análise dos resultados das avaliações instituídas pela Secretaria de Educação, como referência no planejamento das atividades pedagógicas;
- Orientar e acompanhar os Projetos a serem realizados pela escola;
- Sugerir à equipe docente alternativas de atividades que favoreçam uma melhoria na aprendizagem, principalmente nos aspectos detectados e observados como dificuldade;
- Acompanhar o sistema de avaliação desenvolvido em sala de aula;
- Acompanhar o sistema de avaliação externa como: SAEMS, ENEM, Prova Brasil, Olimpíadas da Língua Portuguesa e Olimpíada da Matemática;
- Propor estratégia para o aprimoramento da recuperação paralela.

Libâneo (2013) aponta que “a coordenação pedagógica tem como principal atribuição a assistência pedagógico-didática aos professores, para se chegar a uma situação ideal de ensino [...]”, e acrescenta auxiliando-os a conceber, construir e administrar situações de aprendizagem adequadas às necessidades educacionais dos alunos. Para o autor o papel do coordenador pedagógico é de monitoração sistemática da prática pedagógica dos professores, procedimentos de reflexão e investigação.

A respeito da questão: A quem compete o trabalho de orientação educacional aos estudantes com necessidades educacionais especiais? Como é desenvolvido? A diretora adjunta expõe que “o trabalho de orientação educacional aos alunos com necessidades especiais compete à equipe da (NUESP), sendo os profissionais da (NUESP) denominados técnicos, que são locados na escola para o atendimento dos estudantes da Educação Especial, realizando avaliação psicopedagógico, encaminhamentos e acompanhamentos. Em alusão a questão: A quem compete a administração da infraestrutura física da escola? Como é desenvolvido esse trabalho para facilitar a acessibilidade? A diretora adjunta explica que “A administração da infraestrutura da escola compete ao diretor e ao diretor adjunto, agora quanto às modificações quanto à estrutura física para facilitar acessibilidade compete à Secretaria de Estado da Educação (SED)”.

Em relação à questão: A quem compete a gerência dos recursos financeiros? Como é desenvolvida essa ação na escola? A diretora adjunta relata que “é realizada pela gestão

compartilhada entre a direção escolar, a Associação de Pais e Mestres (APM) e o Colegiado Escolar”. Em consonância Libâneo (2013) destaca que “a gestão com participação significa alcançar de forma colaborativa e democrática os objetivos da escola”. Conforme Libâneo:

A participação é o principal meio de tomar decisões, de mobilizar as pessoas para decidir sobre os objetivos, os conteúdos, as formas de organização do trabalho e o clima do trabalho desejado para si próprias e para os outros. A melhor gestão é aquela que cria um sistema de práticas interativas e colaborativas para troca de ideias e experiências para se chegar a ideias e ações comuns, busca de consensos em torno de uma base de objetivos comuns, enfrentando a superação de conflitos (LIBÂNEO, 2013, p. 226).

A gestão participativa requer a garantia de assegurar o sistema de relação interativa e democrática, para isso se faz necessário uma estrutura definida, organizada, responsabilidades claras e eficazes de tomada de decisões grupais.

Sobre o aspecto A gestão da escola é colegiada? Como funciona essa organização? A diretora adjunta esclarece que “Sim, é por meio de gestão colegiada. Sempre tem algo para ser decidido com relação aos problemas e às decisões a serem tomadas essas são decididas em reuniões do colegiado escolar, o qual é formado por representantes de todos os segmentos da escola”. No Projeto Político Pedagógico verificou-se que “O apoio do Colegiado Escolar e da Associação de Pais e Mestres (APM) é de fundamental importância para o fazer pedagógico da educação Básica”. Sendo assim, as atividades prioritárias a serem desenvolvidas pelo Colegiado Escolar são:

- Participar da Elaboração e a avaliação periódica do Projeto Político Pedagógico, Plano de Gestão, do Regimento Escolar e do calendário Escolar;
- Participar da elaboração do plano de aplicação dos recursos financeiros alocados na escola e analisar suas respectivas prestações de contas, antes do encaminhamento a Secretaria da Educação;
- Buscar articulação com a equipe gestora, incentivando o desenvolvimento de ações voltadas para a integração entre a escola e a comunidade;
- Acompanhar as ações desenvolvidas pela Unidade Escolar, objetivando a identificação de problemas propondo alternativas para melhoria de seu empenho;
- Realizar reuniões ordinárias a cada mês do ano letivo e extraordinária quando necessário.

Segundo o Projeto Político Pedagógico da Instituição (2016) “Atualmente a composição do colegiado é estabelecida na Lei 11.043 de 09 de maio de 2008 em conformidade com o porte e os turnos de funcionamento da Unidade Escolar”.

De acordo com Libâneo (2013, p. 224) “a reflexão coletiva, comunitária, requer, portanto, uma capacidade cognitiva e um compromisso moral para decidir sobre o valor e o significado das ações a serem postas em ação numa escola”. Para o autor cada representante do segmento da escola tem que refletir e apresentar como exercício da razão na clarificação dos fins e dos desejos pessoais e coletivos para avaliar e decidir a favor de um determinado compromisso.

Em relação ao questionamento: Como é desenvolvida a formação continuada dos profissionais da escola para atender os alunos com necessidades educacionais especiais? A quem compete essa organização? A coordenadora pedagógica respondeu que “a responsabilidade é dos técnicos da NUESP”. Conforme Faccion (2008):

Os princípios de uma aprendizagem colaborativa devem reger a ética das relações entre crianças, professores da educação regular e da educação especial e equipe pedagógica da escola, bem como os serviços de apoio especializado. A colaboração entre esses serviços e a escola serve como indicativo da qualidade do processo de educação inclusiva (FACCION, 2008, p. 117).

Sobre as questões: Existe a avaliação Institucional? A quem compete essa organização? Como é seu desenvolvimento? Qual a periodicidade? A diretora adjunta esclarece que “Sim, interna e externa. A sua organização compete à direção e a coordenação pedagógica. A avaliação institucional é desenvolvida segundo as orientações da secretaria de Estado de Educação e outras instâncias responsáveis. É online e anual”. Libâneo (2013) ressalta que “a avaliação institucional é uma função primordial do sistema de organização e gestão dos sistemas escolares e das escolas”.

Para o autor essa avaliação “visa à obtenção de dados quantitativos e qualitativos sobre os alunos, professores, a estrutura organizacional, os recursos físicos e materiais, as práticas de gestão, a produtividade dos cursos e dos professores [...]”, o objetivo dessa avaliação pondera o autor “é emitir juízos valorativos e tomar decisões em relação ao desenvolvimento da instituição”. Como a avaliação é online e sem se identificar as pessoas que participam se expressam sem temor suas opiniões, contudo auxiliam e aprimoram a qualidade da instituição.

Em todas as etapas e modalidades da educação básica sobre o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que é organizado para auxiliar o desenvolvimento dos estudantes constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino.

De acordo com o Decreto Presidencial nº 6.571/2008, cujo objetivo principal é o compromisso da “União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, para o Atendimento Educacional Especializado” (BRASIL, 2008).

A gestão participativa da instituição pesquisada promove e garante o sistema de relação interativa e democrática. A gestão assegura uma educação inclusiva à medida que promove acessibilidade na instituição garantindo que os recursos disponibilizados sejam aplicados com transparência, de forma eficaz. Avalia-se também que a instituição é condizente com o Decreto nº 6.571/2008 Resolução Nº 4/2009 Art. 10. “O projeto pedagógico da escola de ensino regular deve institucionalizar a oferta do AEE prevendo sua organização”. De acordo com o MEC (2013):

I-Sala de recursos multifuncionais: espaço físico, mobiliário, materiais didáticos, recursos pedagógicos e de acessibilidade e equipamentos específicos; II - matrícula no AEE de alunos matriculados no ensino regular da própria escola ou de outra escola; III- cronograma do atendimento aos alunos; IV- plano do AEE: identificação das necessidades educacionais específicas dos alunos, definição dos recursos necessários e das atividades a serem desenvolvidas; V- professores para o exercício da docência do AEE; VI- outros profissionais da educação: tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros que atuam no apoio, principalmente às atividades de alimentação, higiene e locomoção [...] (BRASIL, 20013).

Na análise do Projeto Político Pedagógico a instituição pesquisada foi contemplada em 2009 com a implantação da Sala de Recursos Multifuncionais com a oferta de atendimento no período matutino e vespertino.

Atualmente são atendidos estudantes Deficientes Intelectuais, Deficientes Auditivos, Baixa Visão, Paralisia Cerebral, Síndrome de Down, Autista. Os atendimentos são realizados no contra turno, duas vezes por semana, totalizando quatro horas semanais.

### 4.3 A Organização do Espaço E Tempo

No que se refere à Educação Especial, consta no PPP (2016) que: “a Educação Especial é uma modalidade transversal da Educação que complementa todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, sendo parte integrante da educação regular”.

Fazem necessárias as disponibilidades de serviços de apoio especializado, recursos educacionais adequados, práticas diferenciadas e dinâmicas que dêem suporte e atendam aos educandos nas suas necessidades particulares, favorecendo o seu desenvolvimento integral. De acordo com a Resolução nº 4, artigo 29, parágrafo 1º “Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino e no Atendimento Educacional Especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização, ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública. Nesse contexto, a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais pressupõe reflexão sobre a Educação para Todos. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/96 em seu capítulo V coloca que a educação dessas pessoas, deve ocorrer de preferência na rede convencional de ensino. Assim, entendendo a necessidade da Educação Inclusiva, é importante que seja disponibilizado a esses educandos atenção diferenciada, estratégias e práticas que viabilizem o seu maior desenvolvimento, explorando assim suas potencialidades e para isso deve ser disponibilizadas Salas de Recurso Multifuncionais e suporte pedagógico com acompanhamento e supervisão dos técnicos do Núcleo da Educação Especial (NUESP). Deve ser garantido, também, o número adequado por turma, respeitando a Legislação vigente, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos alunos. Dessa forma, evitar que a diferença torne-se motivo de exclusão ou evasão escolar”. (PPP, 2016).

Ainda, de acordo com o PPP (2016), às formas de agrupamento e a constituição das turmas da Unidade Escolar, seguem orientação da Resolução/SED n. 2318, de 29 de dezembro de 2009, publicado no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul (2010, p.20), que determina no Artigo 137: “Quanto da Constituição das turmas, deve ser observada a capacidade física da sala respeitando a dimensão de 1.30 m<sup>2</sup> por aluno”. O Artigo 138, expressa: “Quando houver alunos com necessidades educacionais especiais, desde que detentores de parecer técnico da equipe responsável pela Educação Especial da unidade escolar, o quantitativo por turma devem obedecer”: Inciso I e II- Nos anos iniciais do ensino fundamental o máximo de 20 (vinte) estudantes e nos anos finais do ensino fundamental e no

médio o máximo de 25 (vinte e cinco) estudantes. O artigo 138 em seu Parágrafo Único: “recomenda a inclusão de até 3 (três) alunos por turma, desde que apresentem a mesma necessidade educacional especial”.

Entretanto, durante a observação não-participante na sala do 4º ano do ensino fundamental I, constatou-se que a escola não exerce o que é descrito em seu Projeto Político Pedagógico “Será garantido também o número adequado por turma, respeitando a Legislação vigente” (PPP, 2016), ou seja, a instituição não acata ao disposto na Resolução/ SED n. 2.318, artigo 138 Parágrafo único e inciso I. Havendo cinco alunos com necessidades educacionais especiais distintas (Deficiente Auditivo, Paralisia Cerebral, Autista, Deficientes Intelectuais) e o número total de alunos acima do recomendado pelo inciso I- “Nos anos iniciais do ensino fundamental o máximo de 20 (vinte) estudantes”, contendo 29 (vinte e nove) estudantes na sala de aula do 4º ano do ensino fundamental I.

Constatou-se durante a observação na sala do 4º ano do ensino fundamental I devido ao número de estudantes ultrapassarem o que é recomendado no Parágrafo Único e no Inciso I do artigo 138. A professora regente tem o auxílio de uma professora de apoio para atender o estudante com Paralisia Cerebral (a instituição disponibiliza uma carteira adaptada) e uma tradutora e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). De acordo com a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002, Art. 3º “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva [...]”. Conforme o Projeto Político Pedagógico “entendendo que a necessidade da Educação Inclusiva, é importante que sejam disponibilizados a esses educandos atenção diferenciada, estratégias e práticas que viabilizem o seu maior desenvolvimento, explorando assim suas potencialidades, para tanto serão disponibilizadas sala de Recurso Multifuncional e suporte pedagógico com acompanhamento e supervisão de Técnicos do Núcleo de Educação Especial (NUESP)”.

Sobre a estrutura física da instituição, consta no (PPP, 2016) e também a partir de observação realizada que tem uma quadra de esporte adequada para atividades diversificadas, pequena área de estudo ao ar livre, refeitório em área coberta com mesas e bancos, sala de tecnologia para estudo e pesquisa, laboratório de software para os cursos técnicos de manutenção e suporte e comunicação visual.

A biblioteca considerada inadequada para estudo, pois o espaço físico é insuficiente para mesas e cadeiras, mas o acervo é atualizado possui livros paradidáticos, Mapas, Globo Terrestre, DVD e CD educativos e uma bibliotecária responsável para controlar o empréstimo dos livros aos alunos.

A escola possui uma área de aproximadamente 5.850 m<sup>2</sup> sendo que 2.925 m<sup>2</sup> são de área construída. Nesse espaço, contém (15) salas de aula; sala de laboratório de software; laboratório de Hardware e Redes; sala de tecnologia educacional; sala de recurso multifuncional; sala para coordenação de área; biblioteca; sala de direção; sala de coordenação pedagógica; cozinha; depósito de materiais de uso diverso esporte lazer; cantina comercial; (21) sanitários; (2) sala para professores e 18 para os alunos, sendo dois adaptados para alunos com necessidades especiais e quadra de esporte coberta.

Sendo assim, constatou-se que a escola pesquisada atende às principais normas de estrutura física de acessibilidade de acordo com a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, art. 2º, inciso I - a definição de Acessibilidade “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida” (MEC, SEESP, 2006).

Dessa forma, o Ministério da Educação elabora a Política de Educação Especial na Perspectiva de uma Educação Inclusiva (2008) com o objetivo de assegurar a inclusão de crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, orientando os sistemas de ensino, dentre outras ações. A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) será planejada para ser realizada em turno inverso ao da escolarização contribuindo efetivamente para garantir o acesso dos alunos à educação comum disponibilizando os serviços e apoios que complementam a formação desses alunos nas classes comuns da rede regular de ensino; o desenvolvimento profissional e a participação da comunidade escolar; utilização de recursos de acessibilidade (BRASIL, 2012). As Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF) foram instituídas pelo programa de implantação de (SRMF), via Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007. Localizada nas escolas de educação básica das redes públicas de ensino, é o lócus, espaço físico, onde se realiza, prioritariamente, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) que “[...] identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (SEESP/MEC, 2008).

Durante a observação constatou-se que a instituição pesquisada utiliza a Sala de Recurso Multifuncional (SRMF) tipo II, com intenção de atender com qualidade alunos matriculados nas classes comuns do Ensino Regular Estadual e Municipal estudantes com Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

De acordo com a Resolução Nº 4/2009 do Conselho Nacional de Educação que instituiu Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação

Básica, modalidade Educação Especial. Assim expressa o Art. 4º sobre o que considera como público-alvo do AEE:

I-Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. II- Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com Autismo clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicose) e transtornos invasivos sem outra especificação. III- Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande desenvolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade (BRASIL, 2013).

A definição do público-alvo do Atendimento Educacional Especializado a sua identificação e caracterização de suas especificidades e necessidades específicas são condições eficazes para a sua realização.

A Sala de Recurso Multifuncional é uma sala equipada com materiais pedagógicos e de acessibilidade para a realização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) complementar ou suplementar à escolarização.

Elucidado nas Diretrizes Operacionais para o AEE na educação básica Art.2º “O AEE tem como função complementar ou suplementar a formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem” (MEC/ CNE/CEB 4/2009). Constatou-se durante a observação e na análise do Projeto Político Pedagógico que a instituição segue as Diretrizes Operacionais para o AEE disposto no Decreto nº 6.571/2008, conforme a Resolução Nº 4, de 2 de outubro de 2009.

A Sala de Recurso Multifuncional tipo II da instituição pesquisada possui os materiais deliberados pelo Ministério da Educação (2010) e são constituídas de:

Microcomputadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora laser, teclado e colmeia, mouse e acionador de pressão, laptop, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, software para comunicação aumentativa e alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado, mesas, cadeiras, armário, impressora braile, reglete de mesa, punção soroban, globo terrestre acessível, software para produção de desenhos gráficos e táteis, dentre outros específicos para o atendimento de alunos cegos (BRASIL, 2010, p. 36).

O MEC (2010) caracteriza a Sala de Recurso Multifuncional sobre o atendimento diferenciado da sala daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização, com foco pedagógico e não clínico.

#### 4.4 O Que os Dados da Observação Revelaram

Organizou-se previamente um roteiro visando garantir maior rigor e objetividade no levantamento dos dados da observação, conforme discriminado abaixo:

- A) Observar se tem mais de um aluno com deficiência na sala de aula do 4º ano.
- B) Observar de que forma os alunos com deficiência estão incluídos na sala de aula do 4º ano, ou seja, se fazem parte do planejamento do professor e se há atividade diferenciada que atendem suas especificidades.
- C) Observar a prática pedagógica do professor regente e se atende o aluno com deficiência.
- D) Observar os recursos tecnológicos disponíveis na sala que auxiliem o aluno com deficiência.
- E) Observar as relações professor-aluno e aluno-aluno se há interação, comunicação, respeito, socialização entre eles.

Seguindo os critérios do Roteiro, foi realizada observação na sala do 4º ano do ensino fundamental I, no horário de 07h00 às 11h20min no período matutino no dia 31/10/16. A sala de aula do 4º ano do ensino fundamenta I, objeto desta pesquisa possui 29 estudantes, sendo que cinco estudantes possuem necessidades educacionais especiais distintas (um com Paralisia Cerebral, um Autista, um Deficiente Auditivo, dois Deficientes Intelectuais). A professora regente tem o auxílio da intérprete de LIBRAS que dá assistência ao aluno Deficiente Auditivo e uma professora de apoio foi contratada para dar subsídio ao aluno com Paralisia Cerebral, porém, ela oferece suporte ao Autista e os Deficientes Intelectuais. Constatou-se que a professora regente em seu planejamento faz adaptações para os estudantes com deficiência e trabalha em parceria com a intérprete de LIBRAS e com a professora de apoio, pois ambas tem acesso prévio ao seu planejamento. Em relação a sua prática pedagógica verificou-se preocupação em incluir os alunos com deficiência tanto na decoração

da sala quanto no seu planejamento. O estudante com Paralisia Cerebral faz cópia de parte do conteúdo da lousa e a outra parte ela fornece uma cópia.

A professora explica que precisa estimular o estudante com Paralisia Cerebral a escrever e aumenta gradativamente respeitando o grau de dificuldade do aluno. Para o estudante com Deficiência Auditiva a professora decorou a sala com alfabeto e os números em LIBRAS. A docente trabalha com o Projeto de LIBRAS criado por ela desde o ano de 2006, ou seja, uma vez por semana cede uma aula para a intérprete ensinar a Língua Brasileira de Sinais a todos os alunos da sala, promove a aprendizagem dos demais alunos favorece a comunicação com os alunos Deficientes Auditivos que há na instituição. Verificou-se os recursos tecnológicos disponíveis na sala de aula do 4º ano, cadeira adaptada para o estudante com Paralisia Cerebral, recursos visuais TV, o alfabeto e os números em LIBRAS para o estudante com Deficiência Auditiva, material concreto (revistas, material dourado, jogos pedagógicos). Observou-se que as relações entre eles (professor/aluno e aluno/aluno) é de respeito, há interação rompendo a barreira da comunicação, promove a socialização e principalmente a inclusão eficaz e concisa dos estudantes com deficiência.

A observação revelou que a instituição não segue a orientação da Resolução/SED nº. 2.318 (2010, p.20), que determina no artigo 138 expressa: “Quando houver alunos com necessidades educacionais especiais, desde que detentores de parecer técnico da equipe responsável pela Educação Especial da unidade escolar, o quantitativo por turma devem obedecer nos anos iniciais do ensino fundamental o máximo de 20 (vinte) estudantes e nos anos finais do ensino fundamental e no médio o máximo de 25 (vinte e cinco) estudantes. O Artigo 138 em seu Parágrafo Único: “recomenda a inclusão de até 3 (três) alunos por turma, desde que apresentem a mesma necessidade educacional especial”. Entretanto, o professor regente com 29 alunos, e cinco com necessidades educacionais especiais distintas (um com Paralisia Cerebral, um Autista, um Deficiente Auditivo, dois Deficientes Intelectuais) diante da diversidade promove a socialização, preocupa com a aprendizagem.

Elabora o planejamento adaptado respeita as especificidades e o tempo dos alunos, com o Projeto LIBRAS promove uma educação inclusiva eficaz. Para Faccion (2008) “os objetivos educacionais deverão ser traçados de forma que sejam viáveis e significativos, visando permitir a esses alunos um ambiente inclusivo de convivência com seus pares”. A proposta da educação inclusiva o professor deve ser analisado uma peça fundamental, já que é por mediação de suas ações educacionais e sua prática docente que a inclusão pode ser efetivada.

#### 4.5 Análises das Entrevistas

Nesta subseção, analisa-se as entrevistas aplicadas com os envolvidos diretamente no Estudo de Caso, objeto desta investigação: a Coordenadora Pedagógica do ensino fundamental I, a Técnica do Núcleo da Educação Especial (NUESP), a Professora que atende na Sala de Recurso Multifuncional (SRMF), a Professora Regente do 4º ano do ensino fundamental I, a professora de apoio e a Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) que atuam nessa sala.

Foi indagado aos entrevistados sobre a sua visão de educador sobre a Política Educacional para a educação inclusiva. Os entrevistados apontaram que a Política Educacional na área da educação especial possibilita o acesso e a permanência dos alunos com necessidades especiais, na perspectiva inclusiva. Vem de encontro com o direito de Educação para todos com qualidade independente da deficiência, condição física, intelectual, raça ou cor. Permitir o direito de conviver e aprender com todos independente de limitações ou potencial e que não devemos estigmatizar por alguma limitação.

Em relação à abordagem a escola está preparada para atender à inclusão dos estudantes que apresentam deficiência. Por quê? Foram obtidas as seguintes respostas: A coordenadora pedagógica respondeu que: “Sim. Porque a maior barreira é o preconceito ao diferente, desde que ela esteja com estrutura física adequada, seguir a Legislação da política inclusiva em vigor no Estado. Os casos severos devem ser atendidos na instituição APAE. E a importância do atendimento na sala de recurso multifuncional no contra turno”. Já a técnica da NUESP respondeu que: “Sim. A instituição é pioneira quanto ao atendimento aos estudantes com necessidades especiais. É uma escola de referência quanto ao este atendimento foi contemplada com Sala de Recurso Multifuncional tipo II, onde poderá atender a todos os estudantes com necessidades especiais que são encaminhados”. Em concordância a Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) ponderou: “Sim. Pois temos Intérpretes para ajudar alunos com deficiência auditiva, facilitando sua comunicação com os professores, alunos e outras pessoas presente na escola, também na escola, há professores de apoio que ajuda também outros alunos que apresenta outro tipo de deficiência ou dificuldade”. Porém, a professora da Sala de Recurso Multifuncional contrapôs: “Não. Algumas escolas recebem o recurso do FUNDEB e investem em acessibilidade e materiais adequados para receber este alunado. Mas estas são raras exceções. A maioria dos professores regentes também não é preparada adequadamente, não faz adaptações curriculares alegando que não tem tempo”.

A professora de apoio também objetou: “Não. Ainda é um desafio, pois falta estrutura e ainda há uma grande resistência em aceitação de vários professores e alunos em adaptar-se com a diferença”. E em consentimento a professora regente rebateu: “A maioria das escolas deveriam estar preparadas para receber os portadores de necessidades especiais, mas um tipo especial de racismo está muito arraigado e não deixa que se preparem para fazer a inclusão”.

Diante dos retornos percebe-se que há pontos de vista divergentes, entretanto, os que concordam que as escolas não estão preparadas para receber estudantes que apresentam deficiência, uma vez que é necessário repensar em novos métodos, novos planejamentos, novas estruturas tanto pedagógica quanto física, para que a inclusão passa a ser efetiva e não somente nos dizeres da nossa legislação e dos teóricos.

Pode-se enxergar também que há resistência diante da prática da inclusão total sugerindo que alunos com deficiências severas sejam encaminhados para outra instituição. A inclusão, portanto, implica mudança nesse atual paradigma educacional. De acordo com Faccion (2008) a escola é levada a repensar seus valores, estabelecendo valores inclusivos e, assim, reestruturando sua organização, seu currículo, seu planejamento e sua avaliação, de modo a superar suas próprias barreiras para aprender com as diferenças e aprender a responder as necessidades dos alunos.

Interrogou-se a coordenação pedagógica tem oferecido subsídios no que se refere ao acompanhamento e atendimento ao estudante que apresenta deficiência. Obtiveram-se as seguintes respostas: A Coordenadora pedagógica destacou que: “Tem que ter o conhecimento sobre as políticas, orientando sobre as adaptações curriculares sempre que necessário aos professores”. Para a Professora de Apoio: “Conversando com os pais desses estudantes para trabalhar no contra turno atividades individuais e atendimento especializado”. A professora regente respondeu da seguinte maneira: “Tanto a coordenação quanto no meu caso anteriormente trabalhamos na (NUESP) trabalho direto com portadores de necessidades especiais, portanto, esse trabalho é feito pela equipe naturalmente”. A intérprete de LIBRAS ponderou: “Visto que a função do intérprete não é ensinar, mas sim agir como porta voz entre o aluno e o professor (ou outras pessoas) facilitando a comunicação entre eles, a ligação direta acaba sendo direta entre o intérprete e o professor. Mas o bom trabalho que o professor apresenta, dá a entender a boa participação da coordenação pedagógica”.

Percebe-se, por meio das respostas que o trabalho do coordenador pedagógico tem que ser pertinente oferecendo subsídios aos pais e professores ao propor intervenções que auxiliam a inclusão do estudante que apresenta deficiência.

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e o atual marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas que apresentam deficiência. Conforme o Ministério da Educação alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, “por meio da matrícula dos alunos público alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2010).

Inquiriram-se as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola favorecem a inclusão do estudante com deficiência. Os entrevistados responderam que as práticas favorecem os alunos ditos normais quantos os que apresentam deficiência, pois há uma adaptação ao aluno que apresenta necessidades especiais. Utilizam de vários recursos como a sala de tecnologia, material concreto a disponibilidade de TV nas salas de aula trabalhando com imagens. Conforme o Intérprete de LIBRAS: “Sim. Pois há uma adaptação ao aluno que apresenta necessidades especiais”.

Para complementar a questão anterior indagou-se quais as práticas pedagógicas utilizadas pela escola para favorecer a inclusão do estudante com deficiência e como elas são desenvolvidas. Alcançaram-se as seguintes respostas: A professora regente mencionou: “Projeto LIBRAS, respeito ao tempo de aprendizagem de cada indivíduo, direitos iguais a cada indivíduo independente de suas limitações. No meu caso desde 2006, criei um Projeto de LIBRAS para executar em minha sala. Uma aula por semana é ensinado LIBRAS para os alunos, que a partir daí se comunicam melhor com os alunos deficientes auditivos”. E a Intérprete de LIBRAS ponderou: “Além da adaptação de acordo com as necessidades de cada aluno, no período diferente ao que o aluno (com deficiência) estuda há uma sala de recursos que foi preparada para ajudar alunos com dificuldades, como reforço que ajuda no aprendizado. Também a professora tem incluído aulas de Libras que facilita a comunicação dos demais alunos com o aluno surdo”.

De acordo com as respostas pode-se ressaltar que cabe ao professor, elaborar, executar e avaliar sua prática pedagógica. Respeitar os interesses e as especificidades do aluno, organizar as estratégias pedagógicas, elaborar e utilizar recursos acessíveis, especificado, pela Professora da Sala de Recurso Multifuncional: “Práticas geralmente lúdicas associadas a materiais pedagógicos adequados e adaptados à cada necessidade específica. Pois para cada aluno é realizado um planejamento diferente e os seus avanços ou retrocessos são registrados em um diário de bordo a fim de planejar ações futuras que garantem o aprendizado”.

Na abordagem sobre como é o trabalho da NUESP para favorecer a inclusão do estudante com deficiência. Todos os entrevistados foram unânimes, isto é, que o trabalho da

NUESP é excelente. Para os entrevistados o Núcleo de Educação Especial (NUESP) onde há profissionais que atendem as escolas da rede estadual realizando orientação aos professores, pais, alunos. Também realiza avaliação pedagógica dos alunos propondo sugestões de atendimento que são indicados com objetivo de fazer o encaminhamento ou não para a Sala de Recurso Multifuncional. Mencionado pela Professora de apoio: “É através do Núcleo da Educação Especial que o trabalho é desenvolvido, seja com orientação e avaliação do estudante, auxiliando os professores no trabalho com as diferentes deficiências e orienta a família ao especialista quando necessário”.

Averiguou-se sobre quais as dificuldades encontradas para a inclusão dos alunos com deficiência. Obtiveram-se as seguintes respostas: Para a Técnica da NUESP: “A maior dificuldade é a parceria com os atendimentos clínicos, pois nossos estudantes necessitam deste atendimento e também muitas vezes o compromisso da família”. Na opinião da Professora da Sala de Recurso: “A falta de preparo dos professores é a principal dificuldade. As faculdades não preparam profissionais para atender a demanda cada vez maior de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Outra dificuldade refere-se aos escassos recursos que as escolas oferecem ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), apesar de estes recursos serem garantidos no FUNDEB. A má gestão destes recursos ainda é uma barreira.” Já a coordenadora pedagógica relatou que: “A maior dificuldade é o preconceito, não conhece as deficiências, não respeitar as limitações. Aceitação das limitações dos alunos que apresentam deficiências. Fazer adaptações curriculares”.

Perante as respostas compreende-se que as dificuldades para a inclusão dos estudantes que apresentam deficiência se deparam com a falta de capacitação dos professores, a dificuldade do atendimento clínico, ao descaso da família, aos resquícios do preconceito diante das diferenças.

De acordo com Faccion (2008, p.91) “Abrir as portas para a inclusão não significa simplesmente colocar alunos nas salas de aula do ensino regular”. Para o autor o debate sobre a inclusão requer aprofundamento ético e político para pensar as diferenças.

Portanto, o sucesso da inclusão escolar Lira (2007) destaca que “tem por base os seguintes elementos: o reconhecimento e a valorização das diferenças; a cooperação entre os implicados no processo educativo; os professores conscientes do modo como atuam para promover a aprendizagem de todos”.

Ocorreu a necessidade de elaborar questões específicas para a professora da Sala de Recurso Multifuncional e para a técnica da NUESP.

Buscou-se compreender qual a função do técnico da NUESP e do professor da Sala de Recurso Multifuncional para favorecer a inclusão dos estudantes com deficiência. A técnica da NUESP explanou que: “O Núcleo da Educação Especial (NUESP), onde há profissionais que atendem as escolas da Rede Estadual, realizando orientações aos professores, pais alunos e também realiza avaliação pedagógica dos alunos que são indicados com objetivo de fazer o encaminhamento ou não para (SRMF)”. A professora da Sala de Recurso Multifuncional (SRMF) esclareceu que: “Identificar, elaborar, produzir recursos pedagógicos de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas de cada aluno. Acompanhar e organizar a aplicabilidade destes recursos. Orientar professores e famílias sobre recursos utilizados pelos alunos. Ensinar a utilizar recursos de tecnologia assistiva como: as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), Comunicação Alternativa e Ampliada (CAA), informática acessível, soroban, recursos ópticos e não ópticos, softwares, hardwares, atividades de orientação e mobilidade entre outros”.

Na instituição pesquisada verificou-se que tanto o professor da sala comum, o professor da Sala de Recurso Multifuncional, o gestor, os técnicos da NUESP e toda equipe escolar promovam uma educação inclusiva e cumpra sua função social de estimar e respeitar a diversidade garantindo o direito de aprendizagem de cada criança.

#### 4.6 Discussão e Resultados

Para contribuir com os resultados desta pesquisa houve a reflexão com os autores no embasamento teórico que discutem a Inclusão, e com respaldo da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/2008).

De acordo com Mazzotta (2005), os dispositivos legais servem como sustento as linhas de ação estabelecidas, pela política educacional e, se, constituem em preceitos a serem respeitados e utilizados como ferramentas, para embasar as ações que levem ao cumprimento das determinações contidas nos textos e nas recomendações internacionais. Para Mantoan (2003) não pode haver:

Problemas conceituais desrespeitam a preceitos constitucionais, interpretações tendenciosas de nossa legislação educacional e preceitos que distorcem o sentido da inclusão escolar, reduzindo-a unicamente à inserção de alunos com deficiência no ensino regular (MANTOAN, 2003).

Ainda segundo Mantoan (2003) a inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado por elas. Para a autora sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina (Mantoan, 2003). Em consonância Lira (2007) destaca que “a educação inclusiva supõe práticas pedagógicas diferenciadas, baseadas na noção de que o educador cabe desenvolver seu trabalho a partir das condições efetivamente existentes em sua clientela”. Para o autor o professor deve respeitar as especificidades de cada um e elaborar métodos individualizados.

Na análise de documentos consta no Projeto Político Pedagógico da instituição sobre Educação Especial “[...] Será garantido também o número adequado por turma, respeitando a Legislação vigente, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pleno dos alunos [...]” (PPP, 2016).

Entretanto, durante a observação na sala do 4º ano do ensino fundamental, verificou-se que a professora regente possui 29 (vinte e nove) estudantes, sendo que 5 (cinco) estudantes apresentam deficiência distintas (Paralisia Cerebral, Autismo, Deficiente Auditivo, Deficiente Intelectual). Ressalta-se que a sala do 4º ano do ensino fundamental I a professora regente tem o auxílio de uma tradutora e intérprete de LIBRAS e uma professora de apoio.

Contudo, o que é preconizado pela Resolução/SED nº. 2.318, de 29 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a organização e o regimento escolar do ensino fundamental e do ensino médio nas unidades escolares da Rede Estadual de Ensino, publicado no D. O de MS (2010, p.20) expõe:

Art. 138: Quando houver alunos com necessidades educacionais especiais, desde que detentores de parecer técnico da equipe responsável pela educação especial da unidade escolar, o quantitativo por turma deve ser: I – nos anos iniciais do ensino fundamental - máximo de vinte alunos; II – nos anos finais do ensino fundamental e no ensino médio - máximo de vinte e cinco alunos. Parágrafo único. Recomenda-se a inclusão de até três alunos por turma, desde que com a mesma necessidade educacional especial (Publicado no Diário Oficial, 2010).

Faccion (2008) pondera que “O Projeto Político Pedagógico da escola a posiciona em relação ao seu compromisso com a educação de qualidade para todos os alunos, definindo em seu currículo opções por práticas heterogêneas e inclusivas”.

Contudo verificou-se que a instituição pesquisada só tem uma sala do 4º ano do ensino fundamental no período matutino. Dessa forma, é um desafio pôr prática o que está exposto no Projeto Político Pedagógico da instituição (2016) e publicado na Resolução/SED nº. 2.318.

O que se pretende ressaltar é a atitude da professora regente do 4º ano do ensino fundamental diante do desafio de trabalhar com estudantes com deficiências distintas e o número de estudantes acima do que exposto na Resolução. Observaram-se suas ações educativas em sala de aula desde a preocupação de decorar a sala de aula com o alfabeto e os números em LIBRAS, seu planejamento flexível e adaptado para atender aos estudantes que apresentam deficiências distintas (Paralisia Cerebral, Autismo, Deficiente Auditivo, Deficiente Intelectual). Através do seu Projeto de LIBRAS desenvolvido na instituição desde 2006 relatado durante a entrevista a educadora promove a inclusão dos alunos com deficiência. De acordo com Faccion (2008) tomando como base a proposta da escola inclusiva, a educação para todos, o professor deve ser considerado uma peça fundamental desse movimento. Em consenso “[...] Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um” (LIRA, 2007 apud MANTOAN 2003).

Compete elucidar que a instituição promove a acessibilidade de acordo com a Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, Capítulo I, Art. 1º “Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida [...]” (MEC, SEESP, 2006). A instituição pesquisada possui rampas de acesso, dois banheiros adaptados, piso tátil segundo a norma Associação Brasileira de Normas Técnicas (NBR9050 da ABNT).

De acordo com o Ministério da Educação, sobre a implementação Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva o documento assinala:

A concepção de educação inclusiva que orienta as políticas educacionais e o atual marcos normativos e legais rompe com uma trajetória de exclusão e segregação das pessoas com deficiência, alterando as práticas educacionais para garantir a igualdade de acesso e permanência na escola, por meio da matrícula dos alunos público-alvo da educação especial nas classes comuns de ensino regular e da disponibilização do atendimento educacional especializado (BRASIL, 2010).

Conforme o MEC (2013) o público alvo da educação especial serão contabilizados duplamente no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), quando matriculados em classes comuns do ensino regular, conforme definido no Decreto nº 6.571/2008.

Nesse sentido, os sistemas de ensino para a efetivação do direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos matriculados no ensino regular da rede pública disponibilizam Salas de Recursos Multifuncionais, que atendam aos critérios instituídos, de maneira a operacionalizar o disposto no Decreto nº 6.571/2008. A instituição pesquisada segue as orientações da Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009, em que Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Compreende-se que os resultados da pesquisa apontam que a instituição enfrenta empecilhos no processo de inclusão quanto o número de alunos na sala do 4º ano está acima do ideal. A formação continuada é fornecida pelos técnicos da NUESP, porém falta interesse e comprometimento por parte de alguns docentes com a inclusão dos estudantes com deficiência, conforme explanado pela coordenadora pedagógica. Contudo, salienta-se o trabalho da docente do 4º ano. Suas ações desde a decoração da sala com o alfabeto e os números na Língua Brasileira de Sinais, no seu planejamento adaptado, e com o seu projeto de LIBRAS criado desde 2006 promove a socialização e a inclusão desses estudantes na instituição. Seu comprometimento com os estudantes é um exemplo mesmo diante dos obstáculos enfrentados em atender cinco deficiências distintas. Com o auxílio da professora de apoio e da tradutora e intérprete de LIBRAS, a professora regente demonstra que a inclusão desses estudantes é possível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar esta pesquisa monográfica, pode-se avaliar que a inclusão de pessoas com deficiência fundamentado nessa pesquisa consistiu de inúmeras lutas no contexto social e escolar. As pressões e reivindicações dos pais dos estudantes com deficiência, apontadas ao longo da história da educação especial foram essenciais para a superação de obstáculos à educação dos estudantes com deficiência. A nossa Constituição Federal de 1988 garante o direito à igualdade (Art. 5º) e trata, no Art. 205 e seguintes, do direito de todos à educação. Além disso, elege como um dos princípios para o ensino “a igualdade de condições e permanência na escola” Art. 206, inciso I (BRASIL, 1988). De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) a inclusão é um direito assegurado pela Constituição Federal. Assim sendo, toda a escola deve atender aos princípios constitucionais, não podendo excluir nenhuma pessoa em razão de sua origem, raça, sexo, cor, idade ou deficiência (Mantoan, 2003, p.37).

Volta-se a lembrar que a intenção dessa pesquisa é saber: Em que medida a política educacional atual atende o processo de inclusão? O presente estudo forneceu informações, aprimorou o senso crítico da pesquisadora e provocou maior sensibilidade, isto é, observar os setores da sociedade, se promove acessibilidade aos estudantes com deficiência.

O estudo revelou que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva busca superar a visão de caráter substitutivo da Educação Especial ao ensino comum, bem como a organização de espaços educacionais separados para alunos com deficiência. Segundo o Ministério da Educação tem orientação relevante neste documento refere-se ao caráter complementar dessa modalidade e sua transversalidade em todas as etapas, níveis e modalidades. Inova ao trazer orientações pertinentes às condições de acessibilidade dos alunos, necessárias à sua permanência na escola e prosseguimento acadêmico (BRASIL, 2013). Ampliação de recursos com a aprovação do Decreto Presidencial de nº 6.571/2008, cujo objetivo principal “é o compromisso da União na prestação de apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto para o atendimento educacional especializado” (BRASIL, 2013).

Um recurso que corrobora essas perspectivas da educação especial refere-se à reinterpretação para o inciso III do artigo 208 da Constituição Federal/88, em que preferencialmente na rede regular de ensino deve estar o atendimento educacional

especializado para responder as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, quando estas forem identificadas, pois estes devem estar nas classes comuns tal como os demais alunos (MENDES, 2010 apud PRIETO, 2010). No âmbito da caracterização do público alvo para o Atendimento Educacional Especializado torna a política eficaz a medida que identifica as necessidades dos estudantes e institui diretrizes qualidades essenciais para sua efetivação.

Essa educação é estruturada por três eixos: Constituição de um arcabouço político e legal fundamentado na concepção de educação inclusiva, institucionalização de uma política de financiamento para a eliminação de barreiras no processo de escolarização e orientações específicas para o desenvolvimento das práticas pedagógicas inclusivas (BRASIL, 2010). A instituição tem a responsabilidade em prol de uma educação justa, igualitária e inclusiva não podem se restringir a rotulação desses estudantes, mas definir ações que permitam um atendimento de caráter pedagógico que atenda às suas especificidades.

Todavia, a instituição pesquisada requer ações como a formação continuada dos professores, respeito ao número de estudantes e ao número das deficiências descritos na Resolução/SED nº 2.318/2009, anteriormente mencionado. Salientam-se, mais uma vez as ações da professora regente do 4º ano do ensino fundamental que perante as dificuldades demonstrou nas suas práticas pedagógicas que é possível a inclusão dos estudantes com deficiência.

Contudo, a política da educação inclusiva só se torna eficiente se as instituições de ensino respeitar a Legislação e colocar em prática o que é garantido aos estudantes com deficiência. Considerando as inúmeras situações investigadas que este estudo possibilitou e que demandam tratamentos mais específicos, avalia-se que esta pesquisa instiga e deixa espaço para outras investigações na mesma ordem teórica. Verifica-se também, que as políticas educacionais estão sujeitas à mudança como avanços e retrocessos que muitas vezes acabam sujeitas aos interesses políticos, históricos, sociais, e culturais a exemplo do que tramita no Congresso Nacional sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC/55), referentes aos gastos públicos e nele inseridos o congelamento dos gastos com a educação e saúde que pode trazer perdas nos direitos já conquistados.

Sendo assim, é preciso seguir na constante luta pela garantia de permanência dos direitos já conquistados e permitir que as políticas educacionais futuras possam consagrar os direitos tão duramente almejados pela classe educacional para possibilitar uma educação inclusiva.

Por fim, conclui-se este estudo de natureza monográfica, na certeza de que toda a trajetória percorrida permitiu maior conhecimento, um olhar mais aguçado frente às necessidades dos estudantes com deficiência e maior compreensão frente aos avanços e retrocessos das políticas educacionais para inclusão.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília – Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, 23/12/1996.

\_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca e de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.

\_\_\_\_\_. Direito à Educação: **subsídios para a gestão de sistemas educacionais**: orientações gerais e marcos legais/ Organização Ricardo Lovatto Blattes. – 2ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006. 343 p.

\_\_\_\_\_.LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015. **Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato\\_2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato_2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 10 nov. 2016

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial** – MEC; SEESP, 2001. 79p.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva/ Secretaria de Educação Especial** – Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72 p.

\_\_\_\_\_.Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasil; MEC, SEB, DICEI, 2013. 562 p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/Seesp, 2008.

\_\_\_\_\_.Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. **Caderno de educação especial: a alfabetização de crianças com deficiência: uma proposta inclusiva/Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, Diretoria de Apoio à Gestão Educacional**. –Brasília: MEC, SEB, 2012. [48] p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial**. – Brasília: MEC / SEF/SEESP, 1998. 62 p.

\_\_\_\_\_. [Plano Nacional da Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014 -2024 [recurso eletrônico]**: Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série Legislação; n.125).

COSTA, Maria Nilene Badeca Da. **Secretaria de Estado de Educação Anexo I da Resolução/SED n. 2.370, de 29 de novembro de 2010. Campo Grande – MS, 2010.** Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/23483055/pg-20-diario-oficial-do-estado-do-mato-grosso-do-sul-doems-de-30-11-2010>.

FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional.** -10.ed.-São Paulo, Cortez, 2006. (Biblioteca da Educação, Série I, Escola; v.11) Coletânea de textos de vários autores.

FACCION, José Raimundo. (Org.) MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães...[et.al]. **Inclusão escolar e suas implicações.**2.ed. rev. e atual. – Curitiba: Ibpx, 2008.

FIGUEIREDO, R.V. de. **Políticas de Inclusão:** gestão da aprendizagem na diversidade: In: ROSA, Dalva E.G.; SOUZA, Vanilton C. Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores, XI ENDIPE. Rio de Janeiro: DP&A e Goiânia Alternativa, 2002.p.67-68.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto, relatório, publicações e trabalhos científicos/** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos: - 7.ed. – 2 reimpr. - São Paulo: Atlas 2008.

\_\_\_\_\_. **Fundamentos de metodologia científica /** Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 6.ed. – 7. Reimpr. – São Paulo: Atlas 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** - 6. ed. rev. e ampl. - São Paulo: Heccus Editora. 304p.

LIRA, Bruno Carneiro. **O professor sociointeracionista e @ inclusão escolar.**– São Paulo. Paulinas, 2007. – (Coleção Pedagogia e Educação).

LUDKE, Menga. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas/** Menga Ludke, Marli E. D. A. André. – São Paulo: EPU, 1986.

MAAR, Wolfgang Leo. **O que é Política.** Editora Brasiliense,1984.- (Coleção Primeiros Passos).

MANTOAN, Maria Teresa Eglêr. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**– São Paulo: Rio de Janeiro: WAK, 2003.

MAZZOTA, Marcos José da Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.**– 5ed.- São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, Enicéia Gonçalves, ALMEIDA, Maria Amélia (org.). **Das Margens ao Centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara, SP: Junqueira& Marin, 2010.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya; revisão técnica de Edgar de Assis Carvalho. – 2. Ed.rev. – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2011.

PÁDUA, Elizabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa** Abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 1996.

PACHECO, José... [et. al.]. **Caminhos para a inclusão: um guia para o aprimoramento da equipe escolar**. Porto Alegre: Artmed,2007.

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PONTA PORÃ, 2015.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA INSTITUIÇÃO PESQUISADA 2016.

RICHARDDSON, Roberto J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: Doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006.

SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. **Livro Guia Prático da Política Educacional no Brasil: ações, planos, programas e impactos**. – São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SANTOS, B. de S.(1995). Entrevista com Prof. Boaventura de Souza Santos. (On line). Disponível em: < <http://www.dhi.uem.br> ↗

SASSAKI, Romeu Kazuma. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro:WVA, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico** /Antônio Joaquim Severino. – 23.ed. ver. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A: Questionário aplicado a diretora adjunta da instituição pesquisada.



**FACULDADES MAGSUL**

*Pedagogia: Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/1986 / Reconhecido Port. Nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012*

*Mantida pela A.E.S.P.*

*Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67)3437-3804– Ponta Porã – MS*

*Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br) E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com) [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com)*

Funções da equipe administrativa e pedagógica da escola:

- 1) Como é a rotina da equipe administrativa e pedagógica?
- 2) Como são distribuídas as funções de cada membro da equipe administrativa e pedagógica (diretor(a), diretor(a) adjunto e coordenador pedagógico) para atender as necessidades da educação inclusiva?
- 3) A quem compete o trabalho pedagógico com os professores? Como é desenvolvido para promover a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais?
- 4) A quem compete o trabalho de orientação educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais? Como é desenvolvido?
- 5) A quem compete a administração da infraestrutura física da escola? Como é desenvolvido esse trabalho para facilitar a acessibilidade?
- 6) A quem compete a gerência dos recursos financeiros? Como é desenvolvida essa ação na escola?
- 7) A gestão da escola é colegiada? Como funciona essa organização?
- 8) Formação Continuada  
Como é desenvolvida a formação continuada dos profissionais da escola (professores, funcionários administrativos) para atender os alunos com necessidades educacionais especiais? A quem compete essa organização?
- 9) Avaliação Institucional  
Existe avaliação institucional? A quem compete essa organização? Como é o seu desenvolvimento? Qual a periodicidade? Detalhar todo o desenvolvimento. Na avaliação Institucional como é avaliado as ações para os alunos com necessidades educacionais especiais?

APÊNDICE B: Questionário aplicado a Técnica da NUESP.



*Pedagogia: Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/1986 / Reconhecido Port. Nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012*

*Mantida pela A.E.S.P.*

*Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67)3437-3804– Ponta Porã – MS*

*Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br) E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com) [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com)*

**FACULDADES MAGSUL**

Estimado (a) colaborador desta pesquisa, sei que sua função é de extrema ocupação, mas solicito por gentileza se dedique alguns minutos para responder as perguntas abaixo, para a realização de uma pesquisa monográfica cujo tema é: Educação Inclusiva: Um estudo sobre a Política Educacional para Estudantes com Deficiência/2016.

Não é necessário divulgar sua identidade. A intenção é conhecer Em que Medida a Política educacional atual atende o processo de inclusão? Agradeço desde já a sua colaboração.

**QUESTIONÁRIO PARA TÉCNICO DA NUESP**

- 1.Qual é a sua visão de educador sobre a política educacional para a educação inclusiva?
- 2.Em sua opinião a escola está preparada para atender à inclusão do estudante que apresenta deficiência? Por quê?
- 3.Qual é o número total de alunos que apresentam deficiência na instituição? Quais são essas deficiências
- 4.Quais são os recursos materiais e pedagógicos para atender os estudantes que apresentam deficiência?
- 5.O que é a NUESP?
- 6.Qual é a função do técnico da NUESP para favorecer a inclusão dos estudantes com deficiência?
- 7.Quais as dificuldades encontradas para a inclusão dos alunos com deficiência?
- 8.De que maneira, o técnico da NUESP tem oferecido subsídios aos docentes no que se refere ao acompanhamento e atendimento ao estudante que apresenta deficiência?

APÊNDICE C: Questionário aplicado a professora regente do 4º ano do ensino fundamental, professora de apoio, e a Tradutora e Intérprete de LIBRAS.



**FACULDADES MAGSUL**

*Pedagogia :Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/1986 / Reconhecido Port. Nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012  
Mantida pela A.E.S.P.*

*Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67)3437-3804– Ponta Porã – MS*

*Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br) E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com) / [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com)*

Estimado (a) colaborador desta pesquisa, sei que sua função é de extrema ocupação, mas solicito por gentileza se dedique alguns minutos para responder as perguntas abaixo, para a realização de uma pesquisa monográfica cujo tema é: Educação Inclusiva: Um estudo sobre a Política Educacional para Estudantes com Deficiência/2016.

Não é necessário divulgar sua identidade. A intenção é conhecer Em que Medida a Política educacional atual atende o processo de inclusão? Agradeço desde já a sua colaboração.

#### QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

1. Qual é a sua visão de educador sobre a política educacional para a educação inclusiva?
2. Na sua opinião a escola está preparada para atender à inclusão do estudantes que apresenta deficiência? Por quê?
3. A coordenação pedagógica tem dado subsídios no que se refere ao acompanhamento e atendimento ao estudante que apresenta deficiência. De que forma?
4. Em sua opinião, as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola favorecem a inclusão do estudante com deficiência?
5. Partindo da questão anterior, quais as práticas pedagógicas utilizadas pela escola para favorecer a inclusão do estudante com deficiência? Como elas são desenvolvidas?
6. Em sua opinião, como é o trabalho da NUESP para favorecer a inclusão do estudante deficiente?
7. Você enquanto educador encontra pontos negativos em relação à aplicação das práticas pedagógicas para promover a inclusão do estudante deficiente? Quais são elas?

APÊNDICE D: Questionário aplicado a coordenadora pedagógica do ensino fundamental I.



**FACULDADES MAGSUL**

*Pedagogia: Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/1986 / Reconhecido Port. Nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012  
Mantida pela A.E.S.P.*

*Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67)3437-3804 – Ponta Porã – MS*

*Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br) E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com) [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com)*

Estimado (a) colaborador desta pesquisa, sei que sua função é de extrema ocupação, mas solicito por gentileza se dedique alguns minutos para responder as perguntas abaixo, para a realização de uma pesquisa monográfica cujo tema é: Educação Inclusiva: Um estudo sobre a Política Educacional para Estudantes com Deficiência/2016.

Não é necessário divulgar sua identidade. A intenção é conhecer Em que Medida a Política educacional atual atende o processo de inclusão? Agradeço desde já a sua colaboração.

QUESTIONÁRIO PARA COORDENADOR PEDAGÓGICO DO ENSINO FUNDAMENTAL I.

1. Qual é a sua visão de educador sobre a política educacional para a educação inclusiva?
2. Em sua opinião a escola está preparada para atender à inclusão do estudantes que apresenta deficiência? Por quê?
3. De que maneira a coordenação pedagógica tem oferecido subsídios no que se refere ao acompanhamento e atendimento ao estudante que apresenta deficiência?
4. Em sua opinião, como é o trabalho da NUESP para favorecer a inclusão do estudante com deficiência?
5. Na sua opinião, as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola favorecem a inclusão do estudante com deficiência?
6. Quais as dificuldades encontradas para a inclusão dos alunos com deficiência?

APÊNDICE E: Questionário aplicado a professora da sala de recurso multifuncional.



*Pedagogia: Aut. Dec. nº 93110 de 13/08/1986 / Reconhecido Port. Nº 717 de 21/12/89/ Renovação Rec. Port. nº 286 de 21/12/2012  
Mantida pela A.E.S.P.*

*Av. Presidente Vargas, 725 – Centro – Tel.: (67)3437-3804– Ponta Porã – MS  
Home Page: [www.magsul-ms.com.br](http://www.magsul-ms.com.br) E-mail: [graduacaomagsul@gmail.com](mailto:graduacaomagsul@gmail.com) / [secretariamagsul@gmail.com](mailto:secretariamagsul@gmail.com)*

**FACULDADES MAGSUL**

Estimado(a) colaborador desta pesquisa, sei que sua função é de extrema ocupação, mas solicito por gentileza se dedique alguns minutos para responder as perguntas abaixo, para a realização de uma pesquisa monográfica cujo tema é: Educação Inclusiva: Um estudo sobre a Política Educacional para Estudantes com Deficiência/2016.

Não é necessário divulgar sua identidade. A intenção é conhecer Em que Medida a Política educacional atual atende o processo de inclusão? Agradeço desde já a sua colaboração.

#### QUESTIONÁRIO PARA PROFESSOR DA SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL

1. Qual é a sua visão de educador sobre a política educacional para a educação inclusiva?
2. Em sua opinião a escola está preparada para atender à inclusão do estudante que apresenta deficiência? Por quê?
3. Quais as práticas pedagógicas utilizadas na sala de recurso multifuncional para favorecer a inclusão dos estudantes com deficiência? Como elas são desenvolvidas?
4. Quais são os recursos materiais e pedagógicos para atender os estudantes que apresentam deficiência?
5. O que é a sala de recurso multifuncional? Para que serve?
6. Qual é a função do professor da sala de recurso para favorecer a inclusão dos estudantes com deficiência?
7. Quais as dificuldades encontradas para a inclusão dos alunos com deficiência?